

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DANIEL DE ALMEIDA CABRAL

**A FLOR DE OURO: A RADICALIZAÇÃO DO NACIONALISMO NO JAPÃO  
EM FAVOR DE UMA PRÁTICA IMPERIALISTA  
DE ANEXAÇÃO TERRITORIAL NO LESTE ASIÁTICO (1920-1945)**

Recife

2013

DANIEL DE ALMEIDA CABRAL

**A FLOR DE OURO: A RADICALIZAÇÃO DO NACIONALISMO NO JAPÃO  
EM FAVOR DE UMA PRÁTICA IMPERIALISTA  
DE ANEXAÇÃO TERRITORIAL NO LESTE ASIÁTICO (1920-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã – PE, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Professora Orientadora: Dra. Margarita Neves

Recife

2013

**Cabral, D. A.**

**A flor de ouro: a radicalização do nacionalismo no Japão em favor de uma prática imperialista de anexação territorial no leste asiático (1920-1945). / Daniel Almeida Cabral. O Autor, 2013.**

**68 folhas.**

**Orientadora: Profª Drª Margarita Neves.**

**Monografia (pós-graduação) – Especialização em Diplomacia e Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2013.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Relações Internacionais 2. Nacionalismo 3.Japão 4. Segunda Grande Guerra  
5. Identidade Nacional 6. Anexação Territorial.**

**340 CDU (2ªed.)  
340 CDD (22ª ed.)**

**Faculdade Damas  
TCC 2013-182**

DANIEL DE ALMEIDA CABRAL

**A FLOR DE OURO: A RADICALIZAÇÃO DO NACIONALISMO NO JAPÃO  
EM FAVOR DE UMA PRÁTICA IMPERIALISTA  
DE ANEXAÇÃO TERRITORIAL NO LESTE ASIÁTICO (1920-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã – PE, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Data da defesa: 05 de setembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Margarita Neves, Orientadora

---

Prof. Dr. Thales Castro, Examinador

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr. Luciana Lira, Examinadora

Recife

2013

**Dedico este trabalho a Ono Makoto  
e a tudo que ele representa.**

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, André Cabral e Theudelina Martins, que desde muito novo incentivaram o hábito da leitura. Poderia dizer que se não fossem eles este trabalho não existiria do ponto de vista da sua concepção, pois foi numa tentativa de incentivar a leitura em casa que compramos juntos meu primeiro ‘mangá’, que me introduziu à fascinante cultura japonesa e através dos livros me ajudou a expandir meus horizontes, culminando no sonho de ser um internacionalista e um artista. Agradeço também ao meu irmão Diogo, cuja “emotividade racional” tanto me ajudou em momentos de desespero.

Os caminhos que trilho são muito felizes sabendo que conto com seu apoio incondicional, apesar das dificuldades que poderei vir a enfrentar, e a entrega desse trabalho é muito importante, pois representa fundamentalmente a tomada de uma decisão e uma mudança de rumos profissionais e pessoais.

À minha orientadora, Margarita Neves, que me acolheu com carinho e paciência e me guiou na intensa jornada da construção do conhecimento.

Ao meu companheiro Fernando Aguiar. Sua força foi decisiva nas minhas tomadas de decisão e conquistas. Saber que tenho seu apoio e que ele acredita em mim me deixa mais forte para conseguir encarar o mundo sem fraquejar.

À Maria Julia Leonel, por termos firmado a base do nosso conhecimento em conjunto, influenciando um ao outro ao longo da nossa amizade, crescendo pouco a pouco como seres humanos.

À Mona Vasconcelos e Marina Coelho que juntos esboçamos os primeiros interesses na cultura japonesa. É muito bom saber que nossa história começou lá trás e ainda hoje influencia momentos importantes, como a entrega desse trabalho que me orgulha tanto. Esse passado em conjunto sempre irá me influenciar e é uma das partes mais importantes de minha vida, que como em profissão de fé, faço questão de aqui reiterar.

Aos colegas de curso que contribuíram para esse trabalho com textos, conversas e discussões, Ligia Mariani, Hanna Barbosa, Danielle Lott, Fernando Mesel, Marília Albuquerque, e outros que por ventura deixei de elencar.

Aos professores Elton Gomes, Susan Lewis, Jeanette Costa com os quais eu tive o prazer de aprender e crescer, e tiveram forte influência na construção da minha vida acadêmica.

## RESUMO

O trabalho procurou compreender a formação da identidade nacional no Japão e como a radicalização do nacionalismo influenciou nas escolhas da política doméstica e da política externa do país na primeira metade do século XX, bem como estas vieram a influenciar o *status quo* do sistema internacional vigente. A consideração da cultura japonesa, através da detecção de elementos da política doméstica e da ordem internacional é compreendida na proposta da pesquisa, uma vez que se acredita que a partir da identificação dos elementos de construção da identidade nacional do Japão podem-se compreender as escolhas tomadas. O nacionalismo foi utilizado para conceber coesão nacional bem como para promover os interesses nacionais. No Japão, antes e durante a Segunda Grande Guerra, houve uma escalada ao militarismo fundamentado na radicalização do nacionalismo, cujos elementos característicos eram o racismo, o fundamentalismo baseado na religião xintoísta e no caráter divino do Imperador, o ultranacionalismo, o anticomunismo e o expansionismo territorial. Toda essa bagagem ideológica levou as Forças Armadas a cometer atrocidades contra outros povos asiáticos e civis e a cometerem extremos como prova de lealdade ao imperador, como suicídios coletivos e individuais. As sucessivas vitórias militares nas últimas décadas ratificavam a predestinação do expansionismo japonês, criando uma espécie de “Destino Manifesto” em sua versão asiática. O crescimento populacional, a limitação territorial e a forte entrada da cultura ocidental no Japão prepararam as condições domésticas para a ascensão desse radicalismo. Internacionalmente, as derrotas diplomáticas no período entre guerras e a crise econômica contribuíram neste sentido. Com uma mobilização ultranacionalista robusta em profundos níveis da sociedade, o governo do Japão conseguiu criar uma força de guerra pujante, completamente disposta a servir aos desígnios imperiais na Segunda Grande Guerra.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Nacionalismo; Ultranacionalismo; Japão; Segunda Grande Guerra; identidade nacional; anexação territorial.*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 CAPÍTULO 1: NACIONALISMO E SUA CONSTRUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
2.1 CONSTRUTIVISMO: ABORDAGENS .....	13
2.2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL DO ESTADO-NAÇÃO .....	16
2.3 NACIONALISMO .....	22
2.4 A RADICALIZAÇÃO DO NACIONALISMO NO SÉCULO XX .....	25
<b>3 CAPÍTULO 2: RADICALIZAÇÃO DO NACIONALISMO NO JAPÃO .....</b>	<b>34</b>
3.1 A SEGUNDA GRANDE GUERRA NA ÁSIA .....	35
3.2 AS MUDANÇAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS DA DÉCADA DE 1920: A HERANÇA MEIJI E A “DEMOCRACIA” DA ERA TAISHO .....	43
3.3 CONFLITO ENTRE NACIONALISMOS NA DÉCADA DE 1930 E 1940: VIRANDO-SE CONTRA O OCIDENTE E A CAMINHO DA GUERRA.....	52
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>64</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O nacionalismo é o conceito fundamental da criação e existência dos Estados nacionais modernos. Ao longo da história das Relações Internacionais, muitas vezes se viu a escalada da guerra justificada no nacionalismo e enfatizada com práticas e políticas nacionalistas. O século XX apresenta, portanto, uma variedade de exemplos factuais para o estudo de como essa política pode ser radicalizada para justificar o direito do Estado perseguir seu interesse nacional. Tais políticas nos mostram que a radicalização do nacionalismo pode ter consequências perversas, e o caso do Japão no preâmbulo da Segunda Grande Guerra é bastante expressivo para a análise, uma vez que sua sociedade incorporou fortemente essa ideologia e teve no Imperador Hirohito uma das principais forças para uma escalada militar-imperialista sem precedentes na história do país.

Desde a abertura do Japão para o comércio com as potências ocidentais a partir de 1854, até a Primeira Grande Guerra, o país desfrutou de um forte crescimento econômico e populacional, e passou por seu primeiro milagre econômico (LOTT, 2010). O processo de devolução de poder do *shogunato* – espécie de governo militar hereditário cujo líder era o *shogun*, no poder pelos últimos 250 anos – para o Imperador em 1868, marcou o início da Era Meiji e o fim do isolacionismo de mais de dois séculos no Japão, impulsionado por pressões dos EUA que demandavam com canhoneiras apontadas para o arquipélago a abertura de seu mercado. Ciente da superioridade bélica dos estadunidenses e temendo ser obrigado a assinar tratados comerciais humilhantes caso houvesse uma invasão, o Japão aceitou a proposta dos EUA nesse momento, vislumbrando a possibilidade de estabelecer acordos mais vantajosos (ZACARIAS, 2008).

Na Era Meiji, o Japão começou a se modernizar aos moldes capitalistas, reativou sua frota naval e aos poucos se firmou como uma potência na região, empregando grande esforço no processo de industrialização, com a transformação, inclusive, de alguns antigos clãs feudais em conglomerados industriais e comerciais, conhecidos como *zaibatsu*<sup>1</sup>. As principais medidas do novo Imperador Meiji (“poder iluminado”, em japonês), tiveram como foco a consolidação da centralização administrativa, com planos de modernização das instituições políticas, reordenamento da produção agrícola e desmantelamento da organização feudal. A afirmação do poder do Imperador, que pelos últimos 700 anos foi apenas uma figura

---

<sup>1</sup> “[...] cuja tradução literal é ‘poder da riqueza’, um termo originalmente considerado pejorativo pelos japoneses que o utilizavam para criticar o controle econômico por uma reduzida elite industrial. As quatro principais *Zaibatsu* foram: Mitsubishi, Mitsui, Sumitomo e Yasuda.” (LOTT, 2010)

simbólica, veio romper com a estrutura do *bakufu*<sup>2</sup> anterior, tirou o poder dos *daimio* (líderes militares latifundiários), e aboliu os domínios feudais, aumentando a responsabilidade do governo central sobre todo o país (COGGIOLA, 2008). Desse modo, era uma consequência mais que esperada o reforço da capacidade militar japonesa, tanto para conter insurgências internas (recorrentes nesse período de transição) quanto para fazer frente às potências ocidentais e suas pressões.

Essa política de fortalecimento do Estado procurou utilizar a tradição japonesa como justificativa para sua modernização. Até então, três religiões coexistiam harmonicamente no Japão, o budismo, o confucionismo e o xintoísmo, sendo que a esta última lhe foi concedido status de religião oficial, pois era a mais tradicionalmente japonesa – as duas primeiras foram importadas da China – e comprovava teologicamente que o Imperador e a família imperial descendiam de uma linhagem direta da deusa Amaterasu, deusa do sol, que deu origem ao próprio arquipélago japonês segundo sua mitologia. Deste modo, com o patrocínio do governo no reforço do xintoísmo no Japão, o regime passou a ter um forte caráter teocrático cujo líder supremo era o Imperador, mas efetivamente composto por uma oligarquia de membros de antigos clãs que apoiaram o poder imperial durante a revolução (COGGIOLA, 2008).

Com um misto de elementos tradicionais do Japão e as tendências modernizantes, o Império procurou criar mitos e novos conceitos de dever do cidadão japonês, de modo a fortalecer o espírito nacionalista. A responsabilidade do fortalecimento do país passou a ser dever de cada indivíduo e a família e o Estado passaram a ser concebidos como “partes de um só corpo”; o sacrifício da vida pessoal para coesão do Estado-nação moderno e unificado era o dever de todo japonês para com o Japão, personificado na imagem do Imperador.

“A pressão do capital internacional pela abertura do mercado japonês e a relativa competitividade esperada da economia do país exigiam a imediata constituição de um sistema financeiro, escolar e militar (marinha, exército, política) que impulsionou a unificação nacional. Cada indivíduo foi chamado a fazer “algo” pela sociedade. Ganhou impulso, dessa forma, um forte sentimento de dever voltado à coesão nacional, representada sempre pelo símbolo religioso-político do Imperador” (COGGIOLA, 2008:21-23).

Na mesma medida, o governo imperial da Era Meiji percebeu a gradativa entrada da cultura ocidental no Japão, e sua difusão era maior entre as gerações mais jovens. Considerando esse fato, procurou-se construir um sistema educacional eficiente, dentro do qual o nacionalismo e os símbolos nacionais japoneses fossem ensinados e veementemente

---

<sup>2</sup> *Bakufu* é o nome dado aos períodos em que uma família de shogun exercia o poder sobre o Japão. Ao todo foram três *bakufu* na história do país, sendo o Tokugawa o último (LOTT, 2010).

exaltados, o xintoísmo e seus valores discutidos em sala de aula e as canções ensinadas para “elevar a moral japonesa” (LOTT, 2010). Principalmente com o “Rescrito Imperial para Educação” de 1890, a relação entre a escola japonesa, o culto ao Imperador e o xintoísmo passaram a ser ainda mais enfatizados (DA ROCHA, 1999), formando assim a base do nacionalismo no Japão, tendo sempre como foco a preservação da sua cultura e tradições frente à cultura ocidental.

Havia também uma crença predominante nesse período de que o Japão era étnica e culturalmente superior a outras nações, de modo que o continente asiático deveria estar sob a direção dos japoneses, e era de sua responsabilidade a expulsão dos europeus da região, tidos como bárbaros, em comparação com os japoneses que eram “irmãos” próximos dos povos asiáticos – porém superiores (DUTRA, 2008). Na verdade o que se propunha era apenas que as nações asiáticas saíssem do jugo das potências ocidentais e entrassem no jugo japonês.

Com a modernização do Japão nos padrões ocidentais e o rápido enriquecimento de suas *zaibatsu*<sup>3</sup>, o capitalismo japonês demandava por maiores possibilidades de crescimento, voltando sua economia para o expansionismo, como haviam feito as potências ocidentais em todo o mundo. A rápida assimilação do jogo imperialista das potências ocidentais pelos japoneses fez com que o país se engajasse em diversas lutas para obter novos mercados internacionais, e a Coreia foi o primeiro alvo do seu expansionismo militar e econômico, pela sua posição geográfica de entrada na Ásia continental.

Em 1876, o Japão forçou a abertura irrestrita do mercado coreano para os produtos japoneses em acordos desiguais e humilhantes, criando uma relação colonial entre os dois países. Ao longo das próximas duas décadas Japão e China lutaram entre si pela hegemonia da Coreia que sofria com revoltas internas contra a presença desses dois países cujos interesses econômicos levavam sua população a miséria. Em 1894, a monarquia coreana pediu ajuda a China para conter uma rebelião, mas o Japão que se sentia no mesmo direito de também influenciar seus assuntos internos ocupou Seul e forçou uma declaração de guerra contra China, que teve fim em 1895 com uma vitória absoluta do Japão (DUTRA, 2008). O Japão anexou a ilha de Formosa (atual Taiwan), a península chinesa de Liaodong, Guandong (ao sul da Manchúria) além de ter reconhecida a hegemonia sobre a Coreia e receber grande indenização da China.

---

<sup>3</sup> Respeitando a gramática e ortografia japonesas, as palavras com esta origem e sem correspondentes na língua portuguesa ou que tenham sido utilizadas desta forma pelos autores utilizados, não serão passadas para o plural. Assim como na língua japonesa, as palavras serão escritas no singular e seu sentido de pluralidade será subentendido a partir do contexto ou dos artigos, que acompanhem os termos, que estarão devidamente no plural.

Contudo, por pressões das potências ocidentais, o Japão foi obrigado a ceder suas conquistas na Primeira Guerra Sino-Japonesa, e assistiu indignado à Rússia, Alemanha e França dividirem entre si as regiões cedidas (LOTT, 2010), em especial a Rússia que passou a controlar a Manchúria e a Coréia. Os japoneses não se conformaram com o fato de terem perdido esses territórios conquistados para os russos, de modo que houve grande instabilidade interna, com uma forte cobrança da população por reparações. Assim, um confronto entre Rússia e Japão era apenas questão de tempo.

No início do século XX, o poder naval do Japão já era o terceiro maior do mundo e era a quinta potência em capacidade militar, de modo que quando foi deflagrada a Guerra Russo-Japonesa em 1904, o Japão galgou em pouco mais de um ano uma vitória completa sobre a Rússia. Com isso, os japoneses obtiveram controle sobre a Manchúria, protetorado sobre a Coréia – que em 1910 foi completamente anexada como colônia – e outros territórios russos (COGGIOLA, 2008).

As consequências dessa guerra para o Japão foram extremamente positivas. Não apenas o Japão obteve territórios essenciais para seu expansionismo militar e econômico, como foi de uma vez por todas reconhecido como potência mundial pelas potências ocidentais. Foi também a primeira vez que uma potência europeia foi derrotada por um país asiático, marcando uma virada cultural em ambos os países<sup>4</sup>, que deu vigor ao nacionalismo no Japão e contribuiu para sua associação com símbolos militares nacionais. É importante mencionar que o Imperador era também o Supremo Comandante das Forças Armadas, portanto também um símbolo militar. Assim, os planos expansionistas e imperialistas japoneses ganharam novo fôlego, com investimentos massivos na indústria militar e na continuidade de políticas colonialistas.

Com o fim da Era Meiji, quando morreu o Imperador Meiji em 1912, se iniciou a Era Taisho, marcado por um breve período democrático que abriu espaço para o período de maior expressão do ultranacionalismo japonês que aumentou profundamente ao longo do período entre guerras, expressivamente após a crise de 1929, já sob o Imperador Showa<sup>5</sup>.

Nesse período o Estado japonês apelou para o extremismo como meio de solucionar a grave situação econômica, e iniciou uma política exterior mais agressiva com a invasão e tomada de novos territórios no Pacífico, como a invasão da Manchúria (1931). A radicalização do nacionalismo, o denominado ultranacionalismo, começou a ser utilizado para justificar esse governo extremista, principalmente exaltando as vitórias militares japonesas

---

<sup>4</sup> A vitória japonesa é tida como um dos fatores que aceleraram a Revolução Russa de 1917.

<sup>5</sup> Mais conhecido fora do Japão pelo seu nome pessoal Hirohito.

nos conflitos mencionados anteriormente, de modo que a importância das Forças Armadas crescia ainda mais sob o símbolo divino do Imperador, como já mencionado, também Supremo Comandante das Forças Armadas. Portanto, o extremismo e o ultranacionalismo não ficaram restritos à cúpula do governo, mas penetraram em vários níveis da sociedade japonesa, culminando finalmente na Segunda Grande Guerra, quando o Japão se aliou com a Alemanha num espírito revisionista do *status quo* internacional “mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos” (HOBSBAWM, 1995).

É a partir desse panorama que se apresenta o objeto de estudo deste trabalho: para justificar suas ações cada vez mais agressivas na região, o governo japonês passou a radicalizar o nacionalismo, sempre o vinculando ao poder das Forças Armadas, cujo líder era o símbolo político-religioso do Imperador. Este tinha sua idolatria ensinada às gerações mais jovens, reforçadas pela religião xintoísta e ratificada no dia-a-dia do japonês comum pelas autoridades do governo (polícia, burocratas, políticos, associações de bairro, etc...). Portanto, a consideração da cultura japonesa, através da detecção de elementos da política doméstica e da ordem internacional é compreendida na proposta da pesquisa, uma vez que a partir da identificação dos elementos de construção da identidade nacional coletiva do Japão pode-se compreender seu comportamento na Segunda Grande Guerra.

Portanto, no primeiro capítulo será analisado o fenômeno do nacionalismo, a formação da identidade nacional coletiva do Estado-nação moderno e a radicalização do fenômeno enquanto política de mobilização espiritual e de recursos do Estado na primeira metade do século XX. O foco do segundo capítulo é a compreensão de como o governo japonês influenciou e moldou sua sociedade e cultura através de uma política de radicalização do nacionalismo para legitimar seu expansionismo territorial e promover o apoio à participação do Japão na Segunda Grande Guerra, bem como o impacto de suas atividades nas relações internacionais do período. Nas considerações finais se abordam as consequências imediatas, para o Japão, da ocupação estadunidense após o fim da Segunda Grande Guerra e suas repercussões no contexto da segurança regional do Leste asiático que permanecem ainda hoje.

A historiografia deste trabalho foi feita a partir de um amplo levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, organizando e sistematizando as informações obtidas, através de análises textuais, temática e interpretativa, de problematização e de síntese para aplicação do conhecimento alcançado. Assim, trabalhos de autores como Tipton e Patterson, bem como recursos audiovisuais documentais, serviram de fonte para os dados apresentados ao longo da pesquisa.

## 2 O NACIONALISMO E SUA CONSTRUÇÃO

### 2.1 O Construtivismo: Abordagens

A premissa básica do construtivismo é facilmente constatada: o mundo é construído socialmente e não predeterminado, são as escolhas e interações dos agentes que transformam ou mantêm seus interesses e preferências. Essa abordagem, portanto é um forte contraponto às teorias clássicas como realismo, liberalismo e teorias sistêmicas na análise do Sistema Internacional, cuja característica principal, a anarquia, para estes é tida como natural e imutável. Os construtivistas apresentam uma nova forma de analisar as Relações Internacionais, procurando compreender como são construídas as identidades e interesses do Estado no âmbito doméstico e externo, e como isso influencia suas decisões e posicionamentos. Nesse sentido, a análise construtivista concede maior importância às ideias, valores, culturas, identidades (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 165).

Thales Castro entende o construtivismo da seguinte forma:

“O Construtivismo trouxe inovações revolucionadoras nos aspectos ontológicos e sobre a compreensão dos valores e da importância da conscientização humana em questões internacionais. O mundo físico e humano é estruturado em convenções concretas e abstratas, enquanto que as regras e os valores que robustecem este mundo são construídos pelos seres humanos e por instituições por meio de articulações densas, constantes e mutuamente estruturadas” (2012, p. 390).

Nos anos 1990, as influências de Nicholas Onuf com seu livro *World of Our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations* de 1989 e o artigo “Anarchy Is What the States make of It” de Alexander Wendt em 1992 fizeram os construtivistas levantarem novamente a discussão da antecedência ontológica dos estudos nas Relações Internacionais, e voltava-se a discutir sobre a natureza da estrutura do sistema internacional, ou seja, se a anarquia era anterior ao sistema ou um produto dele.

Os realistas, que apresentam um pessimismo com relação à natureza humana e o transferem para o sistema internacional, acreditam na anarquia como algo natural e decorrente das ações dos indivíduos. Os neorealistas e marxistas acreditam que a estrutura do sistema é determinante e constrange as escolhas dos agentes, e lhe é anterior. Os construtivistas por sua vez negam que tanto o primeiro quanto o segundo sejam anteriores, mas na verdade eles são co-construídos. Para eles o sistema internacional é uma forma ampliada de um sistema social complexo, de modo que a anarquia é uma realidade também socialmente construída e o sistema internacional, portanto, um “espaço de continua possibilidade de mudança”

(NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 167), podendo oscilar tanto como um espaço de cooperação quanto de conflito.

Os construtivistas analisam as Relações Internacionais através de ferramentas como as ideias de identidade, tradição histórico-cultural, instituições e outros elementos da “realidade social” que são utilizados para entender a posição e o cálculo racional dos agentes. Toda realidade social contém três elementos básicos: condições materiais, interesses e ideias. Farrell (2002, p. 50) comenta que para essa abordagem as ideias não são exatamente regras de ação, mas algo que molda os agentes e suas ações na política mundial; quando as ideias operam como normas elas não só constroem os agentes como vão formar e permitir ações. Assim, sem as ideias não é possível haver interesses, sem interesses não existem significados para as condições materiais e sem condições materiais não existe realidade (WENDT, 1999, p. 139).

Outra característica comum aos construtivistas é sua percepção do mundo material e sua influência nas Relações Internacionais. Existe de fato, segundo eles, um mundo material objetivo, mas sua percepção e entendimento só são possíveis mediante as ideias e valores socialmente construídos. Ou seja, reconhecem que há um mundo material “lá fora”, mas que só faz sentido a partir do momento que se refere a ele, e mediante os meios utilizados para se referir a ele (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 167). Uma vez que as ideias, valores e pensamentos têm uma importância maior que as estruturas materiais objetivas; as crenças se tornam meios pelos quais o fluxo do relacionamento internacional acontece, de modo que a formação das ideias e dos ideais moldam o interesse, as identidades e a consciência compartilhada dos agentes internacionais (CASTRO, 2012, p. 386). “O mundo é intersubjetivamente elaborado, e não objetivamente descoberto” (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 346).

Ainda, se argumenta que os Estados são agentes com interesses por terem sido construídos historicamente como tais, de forma que a história é muito relevante na análise construtivista das Relações Internacionais, uma vez que as mudanças advindas da interação dos atores ao longo do tempo produzem efeitos em suas identidades e práticas no sistema internacional. Esta análise se diferencia das abordagens racionalistas anteriores sobre a política internacional, que acabaram por ser a-históricas, pois concediam caráter homogêneo e similar ao comportamento dos Estados ao longo da história (NOGUEIRA, 2010, p. 14-15). Para alguns autores, como Adler (1999) e Wendt (1999), o construtivismo busca propiciar um equilíbrio, pois visa entender como os mundos material, subjetivo e intersubjetivo se influenciam pela construção da realidade social, claramente se distanciando das contribuições

metodológicas e epistemológicas racionalistas. Em outras palavras, a finalidade dos construtivistas é estudar o interior dos agentes para trazer um conhecimento mais profundo de suas escolhas em determinados conflitos.

Na análise da segurança nacional, os construtivistas focam na influência e nos efeitos da cultura e da identidade sobre políticas e ações de segurança, e no estudo da intervenção armada, prestam atenção aos arranjos normativos e institucionais que encorajam e/ou inibem tais ações internacionais. As relações internacionais são muito complexas, portanto não se podem restringir as explicações dadas pelo poder militar ou pelos interesses materiais; os aspectos culturais-institucionais-normativos precisam ser inseridos na análise, caso contrário esta seria muito rasa (JACKSON; SØRENSEN, 2007, p. 346).

Finalmente, um dos conceitos relevantes para este estudo que é abordado pelos construtivistas é o de identidade. Conceito este principalmente tratado por Wendt (1999), que critica aquelas teorias das Relações Internacionais que consideram identidade como algo predeterminado e apresenta uma forma endógena de explicá-la. A identidade de um Estado motiva suas preferências e ações e as identidades acabam por gerar os seus interesses, mas não necessariamente são restritas a eles. Identidade corresponde àquilo que um agente *é* e o interesse àquilo que o agente *quer*, indicando assim seu comportamento e escolhas. Para existir interesse é preciso haver uma identidade, pois se não se sabe quem é o agente não há como saber o que ele quer. Sem o interesse a identidade não tem força motivacional e sem a identidade, o interesse não tem direção (WENDT, 1999, p. 231).

Um Estado percebe os outros Estados de acordo com a identidade que lhes atribui,



identidade coletiva, esta se torna fundamentalmente uma base para os interesses comuns do Estado, e trará, portanto efeitos na sua política internacional.

Os construtivistas acreditam que são possíveis mudanças nas normas e nos valores de uma sociedade, e dão muito valor ao que chamam de empreendedores de normas<sup>6</sup> que são líderes visionários nas comunidades políticas, Estados e instituições fortes com capacidade de convencer a comunidade a aceitar novas normas através de processos instrumentais e também processos sociais (como discurso e argumentação), e sua *expertise* e autoridade moral (MACHADO, 2009).

O construtivismo, entretanto não é uniforme em suas análises apesar de compartilhar das mesmas premissas teóricas, de modo que cada autor concentra a sua análise em fatores distintos como identidade, regras, normas, etc., o que levou Nogueira e Messari a afirmarem que existem vários construtivismos. A teoria representa uma via para teóricos insatisfeitos com as demais teorias das Relações Internacionais, principalmente pela resposta original – inspirada em Giddens – para o debate agente-estrutura, e por integrar assuntos como a identidade e a cultura, com destaque para Wendt (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 184-185).

As diferenças argumentativas entre os autores construtivistas impedem uma categorização acurada dos grupos de construtivistas<sup>7</sup>, de modo que será utilizada nesse trabalho a abordagem de alguns autores com pressupostos em comum para a análise da situação-problema, em especial Wendt, a partir de uma visão que entende o Estado como ator principal no nível internacional, com foco na compreensão do que ocorre no ambiente doméstico e seu impacto nas decisões de política externa, bem como numa análise da construção da identidade nacional e do nacionalismo, que serão abordados nas próximas sessões desse capítulo.

## 2.2 Construção da identidade nacional no Estado-nação

Jackson e Sørensen (2007) sintetizam o pensamento construtivista sobre a construção da identidade nacional da seguinte forma:

O aspecto ideológico central focado pelos construtivistas são as crenças intersubjetivas comuns entre as pessoas. Nas RI, tais crenças englobam a noção de um

<sup>6</sup> *Norm entrepreneurs*, tradução livre.

<sup>7</sup> Existem classificações para os construtivistas como a de Cecelia Lynch e Audie Klotz (1996) que divide o construtivismo em quatro grupos distintos. Ted Hopf (1998) separa-os em dois grupos, construtivismo convencional e os teóricos críticos. Porém é comum utilizar um autor ou grupo de autores com pressupostos similares (NOGUEIRA, 2010, p. 26).

grupo de pessoas sobre si mesmo como uma nação ou uma nacionalidade, suas concepções de seu país como um Estado, as noções de seu Estado como independente ou soberano, a ideia de si próprios como diferentes de outras pessoas em termos culturais, religiosos ou históricos, suas percepções de suas histórias e tradições, convicções políticas, preconceitos e ideologias, suas instituições políticas e muito mais. A realidade existencial de uma nação é marcada pela evidência de uma crença comum entre a população que compõe, em conjunto, uma comunidade nacional com sua própria identidade distinta. Se tais crenças são sustentadas somente por poucas pessoas, não podem ser suficientemente gerais para terem significado político e social. [...] Portanto, as identidades nacionais são constituídas por meio de crenças intersubjetivas distintas, as quais se estendem até uma determinada distância no espaço e tempo (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

Construtivistas como Onuf e Wendt corroboram com algumas ideias de Anthony Giddens, principalmente na discussão sobre a relação agente-estrutura, bem como utilizam elementos da teoria social o que evidencia que os dilemas e desafios das Relações Internacionais podem ser respondidos através de um diálogo com outras ciências sociais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 163). Neste trabalho a abordagem considerada mais adequada ao entendimento da construção da identidade é o da autora Montserrat Guibernau (1997, 2004), por julgar-se ser aquela que melhor contempla todos os elementos dessa construção.

Guibernau (2004) contesta a teoria do *etnosimbolismo*<sup>8</sup> de Anthony Smith<sup>9</sup>, pois acredita ser uma forma limitada de analisar o nacionalismo, mas reitera sua premissa principal sobre o papel dos mitos, memórias, valores, tradições e símbolos, como fundamentais para uma análise da identidade nacional, além de cruciais para entender porque e onde algumas nações se formam e possuem componentes e características distintas. Contudo, uma teoria do nacionalismo, plenamente desenvolvida precisa examinar aspectos políticos tanto quanto culturais das nações e nacionalismos. Para a autora, cultura não pode ser dissociada de política quando se examina a identidade nacional, assim não se deve negligenciar o papel do Estado na sua construção. O *etnosimbolismo* é fundamental para entender qualquer doutrina nacionalista, pois são nos aspectos culturais que se apresentam os argumentos para reforçar a legitimidade política das nações e o poder dos Estados em representa-los: “*proving that the community has pre-modern roots and that its culture shows a certain degree of continuity is a key objective for the creator of the nationalist doctrine*” (GUIBERNAU, 2004, p. 127).

---

<sup>8</sup> *Ethnosymbolism*, em inglês. Tradução livre.

<sup>9</sup> Smith, Anthony. *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell, 1986; Smith, Anthony. *National Identity*. London: Penguin, 1991.

Comumente a identidade nacional é cultivada no cidadão de um Estado-nação, mas não necessariamente uma nação precisa ter um Estado próprio, o que não impede a existência de uma identidade compartilhada pelos indivíduos. A identidade nacional reflete o sentimento de pertencer a uma nação independente de possuir ou não um Estado. Guibernau acredita que existem cinco dimensões da identidade nacional: psicológica, cultural, territorial, histórica e política.

A dimensão psicológica diz respeito à consciência de formar um grupo baseado num sentimento de proximidade que une as pessoas de uma mesma nação. O compartilhamento da identidade cria um apego emocional entre os indivíduos de uma mesma nação, o que é fundamentalmente psicológico e não-racional – mas não irracional. E é assim porque a nação é um grupo de pessoas que se sente conectado por uma ancestralidade, é de certa forma uma extensão da família, num sentido mais amplo e inconsciente. Segundo Connor (1994) a nação é *“the largest group that can command a person’s loyalty because of felt kinship ties; it is from this perspective, the fully extended Family”*.

As emoções e a identificação são, portanto muito fortes para os nacionais de um país, pois é através delas que os indivíduos abrem mão da razão para se esforçar ou se sacrificar, de forma até heroica por vezes, com a convicção de que estarão atingindo um objetivo maior, transcendental, de preservação e manutenção da nação. Isso tem um impacto forte na autoestima desses indivíduos (GUIBERNAU, 2004, p. 135-136).

Anderson (2008) ao definir nacionalismo afirma que as nações são “comunidades políticas imaginadas”, uma vez que nunca todos os indivíduos se conhecerão, mas há na mente de cada um uma *imagem* da comunidade da qual participam, ou seja, as nações são mais imagens mentais do que realmente comunidades genuínas e uniformes, construídas através da educação, da mídia e de um processo de socialização política.

A dimensão cultural é passada dos indivíduos mais velhos para os mais novos. São valores, crenças, costumes, convenções, hábitos, linguagem, práticas particulares do grupo. A identificação com esses elementos possibilita a formação de uma solidariedade entre esses indivíduos e os faz imaginar e sentir sua comunidade como separada e distinta de outras. O idioma em comum é fundamental para a comunicação e difusão dessas características culturais, é por isso que muitas nações unificaram o país em torno de um mesmo idioma que se torna oficial, e suprimiram outros, como na Escócia que teve o inglês imposto sobre o gaélico (GUIBERNAU, 2004, p. 135-136), ou no Brasil, o português em detrimento do tupi-guarani.

A história é outra dimensão fundamental na formação da identidade nacional. Os membros de uma nação costumam ter orgulho dos feitos do passado e das raízes ancestrais, de modo que são muitas vezes representações de força ou resiliência de um povo, e podem ser usadas para distinguir uma nação de outra, até mesmo como comprovação da superioridade de uma sobre a outra. Mas também é possível se utilizar a história para lembrar momentos de desgraça e humilhação, o que não necessariamente pode desencadear um revanchismo, mas que passa a ser um traço dessa sociedade. A história contribui para a construção da imagem da nação e é de fato a base que forja o caráter nacional.

O uso seletivo da história permite um aumento da autoestima dos indivíduos na medida em que simboliza um passado glorioso e a possibilidade de se repetir essa glória, mas também pode ser o que Hobsbawm (1984) chama de uma construção ideológica para servir a interesses de grupos poderosos. Sempre que conveniente é exaltada a identidade nacional pela ideia de continuidade com um passado histórico apropriado e com a finalidade de corresponder aos interesses das elites nacionais, como será mencionado no segundo capítulo deste trabalho; aconteceu no Japão na construção do espírito guerreiro do *samurai* como característica nacional do todo japonês.

A dimensão territorial da nação foi trazida a partir da criação dos Estados absolutistas do século XVII ao fim da Guerra dos 30 Anos e quando da assinatura dos tratados de Westphalia (1648). A noção de pertencimento a um espaço físico mudou a forma como as pessoas reconheciam sua origem. Até então a vida se concentrava em pequenos espaços em que a família, o trabalho, a religião e as instituições administrativas estavam contemplados. A partir da criação dos Estados, houve uma grande mudança de concepções, uma vez que poucos indivíduos conheciam de fato a totalidade do Estado-nação a que pertenciam, mas não obstante se identificavam com imagens dessa territorialidade. A mídia impressa e outras mídias são elementos fundamentais para difusão dessas imagens “imaginadas” – no sentido entendido por Anderson (2008) – da nação que vinculam os indivíduos a paisagens ancestrais específicas (GUIBERNAU, 2004, p. 137).

O aspecto político da identidade nacional, no que diz respeito à aplicação no Estado-nação, foca as estratégias do Estado para a formação de uma nação unificada, coesa e de cidadania homogênea. Guibernau defende então que o nacionalismo surgiu com a Revolução Francesa (1789) e Revolução Americana (1776)<sup>10</sup>, e não necessariamente com a criação dos Estados absolutistas do século XVII nos Tratados de Westphalia. Nesse período histórico, o

---

<sup>10</sup> Havia, contudo, noções similares de nacionalismo em sociedades mais antigas, como na China e no Japão, no Império Chinês das Dinastias Yuan, 1271–1368, e Ming, 1368–1644 (LOTT, 2010).

Estado era liderado por um todo poderoso, cujo poder era derivado de Deus, e essa era a condição para a legitimidade de seu poder. Não havia ainda a identificação do povo para com o Estado, não havia um sentido de pertencimento suficientemente forte para lhe determinar como francês, estadunidense ou espanhol, que é determinante para a nacionalização das massas. Dessa forma, somente com as revoluções e seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que o direito de governar passou de concessão divina ao monarca para ser reconhecido como proveniente da legitimação do povo. Esse é um momento, portanto, crucial para a formação do sentido moderno de nacionalismo e identidade nacional, pois foi a partir dele que os Estados trabalharam para uniformizar sua diversidade cultural dentro de um mesmo território, com um governo centralizado, um mesmo idioma e etnicamente semelhantes (GUIBERNAU, 2004, p. 139).

Conseqüentemente essa mudança também tem efeitos nos “liderados”, uma vez que o povo não mais serve a um rei absoluto como súdito, mas passa a servir ao bem maior que é contribuir com o crescimento da nação e proteger sua cultura, como cidadão. Outra característica da Revolução Francesa importante para difusão da nova noção de identidade nacional foi a ênfase no sistema educacional nacional como forma de gerar cidadãos patrióticos que refletissem o ideal de cidadão. Somente a educação centralizada neste momento teve o poder de unificar a nação e seus indivíduos (GUIBERNAU, 2004, p. 139).

Em suma, Montserrat Guibernau elenca algumas das estratégias comumente usadas pelo Estado para criação de uma identidade nacional unificada com tal poder:

“1) The construction and dissemination of a certain *image* of the ‘nation’, often based upon the dominant nation of ethnic group living within the state’s boundaries and comprising a common history, a shared culture and demarcated territory; 2) The creation and spread of a set of symbols and rituals charged with the mission of reinforcing a sense of community among citizens; 3) The advancement of citizenship involving a well-defined set of civil and legal rights, political rights and duties as well as socio-economic rights. The state by conferring rights upon its members favors the rise of sentiments of loyalty towards itself. It also establishes a crucial distinction between those *included* and those *excluded* from the community of citizens; 4) The creation of common enemies, imminent, potential of invented; 5) The progressive consolidation of national education and media systems” (2004, p. 140).

Hobsbawm (1984, p. 9), reitera que a identidade nacional e as tradições podem ser invenções de cunho ideológico para servir aos interesses de grupos poderosos. De certa forma, as elites no poder escolhem tradições que devem corresponder ao ideal nacional mais adequado para a construção esperada da nação e sempre que possível, criar um vínculo sentimental e uma ideia de continuidade com um passado histórico conveniente à construção da identidade nacional, através de ferramentas dentro do Estado como a mídia e a educação

fundamental. Entretanto, Hobsbawm (1984) também admite que a identidade nacional não é necessariamente formada por elementos unicamente impostos pela elite, há uma criação de cultura também vinda do povo que passa a fazer parte da identidade nacional da elite e da sociedade como um todo, a exemplo do dia do trabalho ou da massificação dos esportes.

Giddens (2000) ao tratar da tradição reitera a opinião de Hobsbawm em *A invenção das tradições* (1984) quando trabalha o conceito de tradições inventadas que diz respeito ao conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica (como a bandeira e o hino nacionais), que objetivam construir valores e normas de comportamento através da repetição que implica uma continuidade com o passado. Afirma que as tradições são invenções da modernidade e, não obstante, fundamentais na formação da identidade nacional. Ao contrário do que é comum pensar, a maior parte das tradições não são perpetuadas e repetidas ao longo de séculos e sua origem não se esconde “nas brumas do tempo”, mas são em sua maioria criações ou adaptações da modernidade (GIDDENS, 2000, p. 50).

A continuidade histórica ou uma pureza cultural são seguramente um mito, uma vez que a cultura não é algo imutável e estático. Até mesmo as ditas “sociedades tradicionais” não permaneceram estáticas no tempo e no espaço, pelo contrário, uma série permanente de interações com outras sociedades e culturas ajudou a moldá-las. Vide as populações indígenas do Brasil, é comum associar sua cultura como pura e cuja tradição foi quebrada e alterada pelos europeus, contudo antes mesmo da chegada destes o território brasileiro contava com uma amálgama de sociedades em constante interação (guerra ou não necessariamente), que se influenciavam e alteravam mutuamente ao longo do tempo.

Ainda, um grande número das tradições que existem hoje em diversos países foi inventado ou ao menos adaptado à realidade industrial nos últimos dois séculos. O exemplo básico utilizado por Hobsbawm é o uso do *kilt* como símbolo nacional da Irlanda. Ele revela que o *kilt* foi uma adaptação das vestimentas dos *highlanders* para o trabalho na indústria do século XIX. Não obstante é tido e reconhecido como um símbolo significativo de sua identidade atual (1984, p. 15-40).

Essa constatação não objetiva tirar o valor das tradições recentes ou mesmo das antigas, pelo contrário, é errôneo acreditar que para ser tradição determinada prática precisa ter existido por séculos ou milênios, primeiro por isso ser algo no mínimo raro e segundo porque “a persistência ao longo do tempo não é a característica chave que define a tradição, ou seu primo mais difuso: o costume. As características distintivas da tradição são o ritual e a repetição”, segundo Giddens (2000, p. 52). Há tradições que são recentes, porém que não deixam de representar um vínculo intersubjetivo forte entre os membros de um grupo. Um

exemplo disso é a fala do monarca no Natal transmitida por rádio e televisão na Grã-Bretanha, que virou tradição, ou a identificação do futebol como esporte nacional do Brasil e sua consagração internacional por meio da sua participação em eventos esportivos. As tradições são propriedade de grupos, comunidades ou coletividades que compartilham uma verdade definida pela tradição (GIDDENS, 2000, p. 52).

Através destas percepções podemos questionar a forma como as nações se legitimam perante o mundo e perante sua população. O fato de a continuidade histórica ou uma pureza cultural serem um mito, mostra que é preciso se afirmar que a construção da identidade nacional e o nacionalismo são ferramentas da criação das nações, e não o contrário. Não são as nações que criam o nacionalismo, mas é com o nacionalismo que se criam as nações. A consciência mais difundida de nacionalidade se formou principalmente no século XIX, talvez pela invenção dos hinos e as bandeiras nacionais e a difusão da educação fundamental e consequente alfabetização de massas, o que comprova a modernidade desse fenômeno. Por exemplo, antes do século XIX poucos países do Leste europeu tinham consciência do que era nacionalismo, até que através da educação, alfabetização e divulgação, ao poucos foram se originando essas nações (Sérvia, Croácia, Romênia, Bulgária, etc.) (JACKSON; SØRENSEN, 2007).

Ao desenvolver uma identidade coletiva ou nacional, os Estados acabam por torna-la uma base para os interesses nacionais, por isso a compreensão de sua construção é importante para perceber a intensidade de seu impacto na política internacional. O interesse nacional só pode ser definido quando se definem as identidades que estão em sua origem, ou seja, somente entendendo as crenças intersubjetivas que estão consolidadas entre as pessoas de determinado meio social, é possível valorar o interesse nacional.

### **2.3 Nacionalismo**

Desse modo, quando se admite que houve uma construção da identidade nacional na maior parte dos Estados percebe-se o quão moderno é o fenômeno do nacionalismo. Podem-se dividir os autores que discutem o nacionalismo em dois grupos, os que focam o lado mais emocional e natural do nacionalismo e outro que o enxerga como ideologia e política de classes, que inclui a muitos da escola marxista (DOMINGUES, 2010, p. 187). Os primeiros (como Anthony Smith, Boyd Shafer, Carlton Hayes) enaltecem o nacionalismo como sentimento nobre, que cria “lealdade de grupo”, um amor pela terra comum, língua e cultura histórica, capaz de gerar solidariedade entre comuns, um espírito de tolerância, liberdade e

compromisso. Gellner (2006) chega a mencionar que é quase uma espécie de religião, em que há uma fusão emocional de dois fenômenos: a *identidade nacional* e o *patriotismo*.

De fato há uma forte ligação entre o nacionalismo e o sentimento patriótico, e não é incomum gerar confusão mesmo entre esses estudiosos, principalmente do primeiro grupo, que compreende o nacionalismo como um sentimento patriótico. Contudo há uma diferenciação importante a ser feita, uma vez que embora a força do apelo emocional e afetivo da ideologia do nacionalismo seja explícita, não se deve restringi-la a isso. O nacionalismo não se limita ao sentimento patriótico, há de certa maneira um sentido de exclusividade nele, até de xenofobia, enquanto que o patriotismo congrega características de amor à pátria, seu território, sua língua, sua história, mas não necessariamente se vê nisso uma oportunidade de alcançar demandas políticas. Todo nacionalismo tem como base o patriotismo, uma vez que o utiliza como justificativa e ferramenta.

O nacionalismo tem um caráter mais doutrinário, ideológico, ele não prega o amor à pátria apenas, mas o pertencimento a um grupo específico com interesse comum na preservação de suas tradições e na sua autopreservação (DOMINGUES, 2010, p. 187). É doutrinário na medida em que isso passa a ser inculcado nas mentes dos nacionais através das escolas, meios de comunicação e serviço militar. O patriotismo pode ser usado para combater o nacionalismo étnico, que será analisado a seguir, ou os movimentos separatistas.

A respeito do caráter doutrinário do nacionalismo, Stephan van Evera declara que “a elaboração chauvinista de mitos é uma marca de lei do nacionalismo [...] a autoglorificação dos mitos alimenta os cidadãos a contribuir com a comunidade nacional – pagar impostos, alistar-se no exercito, lutar pela defesa da nação” (1994, p. 26-27). Jack Levy (1988, p. 665) continua, o nacionalismo “*crea el sentimiento de un interés común en la nación, un concepto de interés nacional como el valor más alto, y un intenso compromiso con el bienestar del Estado. Este compromiso se fortalece mediante los mitos nacionales en relación a la omnipresencia y omnipotencia de la nación, y la congruencia de la moralidad nacional individual con una ética supranacional*”.

O segundo grupo de estudiosos do nacionalismo é representado por visões marxistas. O nacionalismo é visto como uma ideologia e política burguesa que se impõe ao internacionalismo proletário, pois impede a transcendência do que Engels chamava de “egoísmo nacional”. A burguesia para Marx é a principal promotora do nacionalismo, pois se beneficia dele para promover a modernização e a industrialização do território. De modo a disfarçar e esconder as desigualdades e contradições existentes no capitalismo, a burguesia promove uma identidade coletiva que une todas as classes.



Os teóricos marxistas do nacionalismo, portanto, defendem que ele também está relacionado à luta de classes, uma vez que o nacionalismo é uma ferramenta muito própria da construção da nação e conseqüentemente também uma ferramenta das burguesias locais para a exploração da classe proletária. Ou seja, sendo o nacionalismo um fenômeno principalmente político-ideológico não seria incomum ele ser usado para promover os interesses das elites. Isso, então, impede a solidariedade internacional das classes, pois quando se valorizam e reforçam as diferenças entre as mesmas classes de nações diferentes, se oblitera uma característica primordial que é superior a todas as nações e todas as classes, que é a identificação e a solidariedade com a condição humana. Assim, o nacionalismo é um fenômeno que coloca as classes dos diversos países em situação de competição, de falta de identificação exatamente com o propósito de mascarar as desigualdades existentes dentro do próprio sistema capitalista industrial nacional e a luta de classes (DOMINGUES, 2010, p. 189).

Este grupo, contudo, tem uma visão que foca principalmente o nacionalismo como uma forma extrema de expressão, por se crer que enfatiza a superioridade e exclusividade nacional, sobretudo associada aos movimentos nazifascistas e a noção de superioridade étnica (DOMINGUES, 2010, p. 189).

Ernest Gellner reitera esse ponto relativo ao nacionalismo por ser um fenômeno próprio da sociedade moderna. Para ele, a nação é produto do nacionalismo, que por sua vez está intrinsecamente ligado à modernização e industrialização, pois as sociedades industriais promovem a mobilidade social, esforço próprio e competição que exige outra forma de coesão propriamente encontrada no nacionalismo (GELLNER, 2006, p. 64) uma vez que a previa coesão era encontrada no poder da igreja, na família real, etc.

Devido à relevância do tema do nacionalismo nas Relações Internacionais bem como nas outras ciências sociais, uma vasta variedade de trabalhos procuram compreender o nacionalismo em países específicos, estando sujeitos as suas características e peculiaridades. De sorte que existem várias tipologias do fenômeno, mas para os objetivos desse trabalho utiliza-se a tipologia de Pozdnyakov (1994, p. 56), que classifica o nacionalismo a luz de três grupos: o étnico, o do Estado e o do “dia-a-dia”. O primeiro, o étnico, faz referencia ao nacionalismo dos povos que possuem descendência comum e lutam por liberação nacional ou separatismo, ou ainda autonomia dentro do Estado. O segundo, o do Estado, é relativo ao nacionalismo estatal que tem como objetivo unificar o povo e implementar seus interesses nacionais, de modo que é comum a opressão de outras nações ou povos dentro e fora do Estado, ou seja, pode entrar em conflito com o nacionalismo étnico. O terceiro, que ele chama

de nacionalismo de “dia-a-dia”, é aquela expressão dos sentimentos nacionalistas e patrióticos individualmente ou em grupo, se apresentando em geral como hostil e xenófobo com estrangeiros e membros de outros grupos étnicos. É uma ferramenta pertencente aos dois grupos anteriores, que o utilizam para atingir seus objetivos, podendo ter relação com a ideologia política direta e abertamente, ou não.

Assim, Guibernau (2004) conclui que tanto acreditar na naturalidade da nação como uma divisão natural da raça humana quanto entender o nacionalismo como um fenômeno estritamente moderno são visões limitadoras. A primeira por ser demasiado simplista e a segunda por ignorar as raízes históricas das comunidades étnicas que se transformaram em nações e posteriormente tornaram-se Estados. É preciso compreender o nacionalismo como uma forte união de política e ideologia. É impossível existir nacionalismo sem esses dois elementos, pois seria apenas um sentimento patriótico ou de identificação étnica, um carinho e amor sem interesses em alcançar objetivos políticos; sem os quais não haveria força para a construção de uma identidade nacional forte e coesa, com capacidade de levar seus nacionais a matar e morrer por um objetivo maior, em caso de conflito entre nações ou lutar diariamente por um país melhor para todos.

O nacionalismo é uma ideologia, portanto, que pode ser utilizada nos mais diversos cenários para alcançar os mais diversos objetivos. Aqui se procura entender como essa ferramenta foi utilizada para forjar a identidade nacional japonesa tardiamente, em comparação com as potências ocidentais da época em questão, e como foi posteriormente moldada, para não dizer manipulada, no entre guerras para servir à consolidação dos interesses político-econômicos expansionistas, colonialistas e militaristas.

#### **2.4 A radicalização do nacionalismo no século XX**

O nacionalismo propõe, então, a autodeterminação dos povos, e os movimentos nacionalistas em geral tem como finalidade unificar dentro de um mesmo território os mais diversos grupos sob um mesmo idioma, cultura e tradição com estruturas de poder burocráticas e centralizadoras, de modo a garantir coesão e previsibilidade nas relações domésticas e internacionais. Contudo, sabe-se que é raro, se não impossível, tal sorte de unificação, não existem Estados-nações assim. É no choque com essa realidade que a proposta de unificação enfrenta seus principais obstáculos. Esse choque pode provocar uma radicalização do nacionalismo, seja pelo embate de grupos étnicos naturais do Estado, seja pela xenofobia contra grupos estrangeiros (imigrantes), ou derivado de um conflito

internacional. Evidencia-se uma radicalização do nacionalismo que pode ser aplicada em um movimento político – em geral aquele que se julga mais adequado para interpretar e defender os interesses nacionais – e não é incomum o surgimento de alas radicais desses movimentos, como os ultranacionalistas.

A modernização é outro fator a ser observado na compreensão da radicalização do nacionalismo. Em várias sociedades ao longo do século XIX e XX a modernização quebrou com pequenas estruturas produtivas agrícolas e artesanais existentes na maior parte das sociedades que representavam os horizontes de vida de uma larga maioria de sua população e suas próprias identidades, alterando assim todo o contexto socioeconômico desses indivíduos. Nesse sentido, a resistência a essa nova realidade quebrou com as velhas tradições, gerando um forte sentimento nacionalista comumente associado a um interesse de proteger o que estava sendo perdido e que se traduziu numa possível radicalização. A modernização industrial possibilitou a participação ativa das massas na vida política e a integração nacional da classe operária permitiu que os governos nacionais entrassem na vida de todos. Não havia como ficar independente do Estado no desenvolvimento das principais atividades sociais, uma vez que para garantir o desenvolvimento saudável desse novo sistema se demandou maior presença do Estado na regulação das relações, fato que por vezes foi definidor do tipo de regime a ser adotado (BOBBIO, 2007b. 770).

É interessante notar que o período de início da modernização política e econômica foi de grande importância não só para a estrutura da sociedade tradicional, como também para as diversas classes sociais e foi relevante para a escolha de modelos de organização política estadual no mundo. Por exemplo, em países como Inglaterra, França e EUA que tiveram sua modernização antecipada até meados do século XIX, com uma transição pacífica do poder político dos proprietários fundiários para os empresários industriais, foram instauradas democracias burguesas. Alemanha, Japão e Itália por sua vez, cuja modernização se deu no fim do século XIX sob pressões estrangeiras, alcançaram a modernização por meio de uma complexa aliança entre elites agrícolas, burocráticas e industriais, sem a presença das massas na participação política, sendo desenvolvidos regimes análogos ao fascismo. Países como a URSS e China, cuja modernização ocorreu no início do século XX e necessitou da mobilização das massas camponesas contra os proprietários fundiários e as classes urbanas, possibilitou a emergência de revoluções comunistas (MOORE, 1975). Em cada regime, portanto além de um diferente modelo de administração estatal, também foram construídos nacionalismos diferentes com interesses diferentes, porém todos surgiram e se legitimaram

tendo o interesse nacional como meta principal, obedecendo à sua razão de Estado para formular os instrumentos necessários à garantia da segurança nacional.

Para o que convém a este trabalho, a modernização política do tipo fascista pode ser verificada em países onde a classe burguesa não possui força suficiente para sobrepujar as elites agrárias tradicionais e tem de aliar-se a elas, aos burocratas e aos militares para alcançar seus interesses. Para a realização desse tipo de modernização, é comum que se realize do alto por indivíduos com forte consciência de sua finalidade e imbuídos por sentimentos de autoritarismo e desprezo das massas, ou acaba por provocar um longo período de estagnação política, uma vez que o conflito entre elites agrárias e industriais se resolve num compromisso prejudicial à população, usada como massa de manobra por ambos os grupos, mas excluída da participação dos benefícios produzidos por esse ritmo de mobilização de recursos. A participação dos intelectuais nesse sistema é limitada, por terem de legitimar ideologicamente o regime, ou são simplesmente marginalizados, com humilhações e perseguições periódicas (BOBBIO, 2007b, p. 773).

O nacionalismo, portanto é uma ideologia com fins políticos que inspirou e justificou a ascensão de regimes autoritários ao poder no século XX, notadamente com fundamentos de militarismo, ultranacionalismo, racismo, expansionismo e anticomunismo (elementos do entre guerras que levaram ao conflito e são claramente vistos no Japão<sup>11</sup>). Houve nesse período um abandono das práticas democráticas tanto por necessidades internas quanto internacionais de sobrevivência do Estado. Internamente, a participação das massas na política aumentou significativamente, muito alimentada por um processo de centralização política que incentivava a rivalidade e hostilidade entre nações baseado na busca de seus interesses. Internacionalmente, as rivalidades trazidas desde o início da reunificação da Alemanha até o fim da Primeira Grande Guerra com as condições do Tratado de Versalhes alimentaram nos Estados um receio e a necessidade de autoproteção exacerbada. Essas condições direcionavam para um rompimento de valores de parte do indivíduo, sua humanidade ou dos valores de classe, e colocavam todo valor político subordinado ao princípio do nacionalismo (BOBBIO, 2007b, p. 803-804).

Perdiam-se, portanto nos movimentos nacionalistas do século XX os valores revolucionários e libertadores das revoluções liberais do século XVIII, cujos princípios foram mais difundidos pela Revolução Francesa, e configurava-se uma nova versão de nacionalismos, baseado na proteção e defesa irrestrita do Estado Nacional, superior inclusive

---

<sup>11</sup> O racismo no Japão dura até hoje e tem raízes profundas e a ONU não vê no governo uma preocupação real de reconhecer o problema. O grupo étnico Yamato é considerado superior aos outros.

à própria humanidade. Os Estados assumiam um nacionalismo não mais revolucionário, mas reacionário, com características altamente militaristas e agressivas à política externa e em nível doméstico, antiparlamentaristas e antidemocráticas. Esses movimentos nacionalistas que se opunham aos Estados democráticos denominavam-se de direita, e apresentavam-se como uma via capaz de garantir segurança, distinção e poderio nacional num mundo de nações em conflito, além de garantir a unidade nacional sem a qual não se superariam os conflitos sociais internos (BOBBIO, 2007b, p. 804). É uma etapa da História em que se afirmaram as tendências imperialistas e autoritárias do Estado nacional.

Existe uma relação muito estreita entre o programa político do movimento nacionalista, do fascismo e do nazismo. O ultranacionalismo é um componente essencial dessas ideologias, porém, o movimento nacionalista nunca chegou a ser um movimento de massa, ao contrário do movimento fascista e do movimento nazista. O ultranacionalismo apresenta características populistas e chauvinistas, geralmente com ênfase na homogeneidade étnica da nação, elemento fundamental para a ordem social e política, o que justificaria, portanto, até mesmo medidas de limpeza étnica. É com essa base político-ideológica que levaram a termo as práticas racistas desses regimes (BOBBIO, 2007b, p. 804).

Apesar de o Japão ser comumente classificado como fascista, se insiste numa noção de fascismo como regime totalitário, principalmente baseado em escritos do próprio Mussolini que autoproclamavam o regime desta maneira<sup>12</sup>, contudo a classificação entra em conflito com as definições de Arendt (1998) em seu profundo estudo do totalitarismo. Deste modo, em geral, a denominação adotada para o regime japonês é dada por analogia ao fascismo no Ocidente e é atribuída fundamentalmente à paridade temporal e de condução dos fatos frente ao Estado Moderno e ao processo de modernização econômico-social (BEASLEY, 1989). A complexidade na aplicação de categorias como totalitarismo, ditadura e fascismo não é incomum, seja para o caso japonês ou para qualquer outro, pois não há uma consciência difundida do significado de cada uma e o que estas representam. Assim, se faz justo e apropriado antes de determinar qual é a que se aproxima mais do caso japonês, elucidar as características principais que diferenciam essas categorias.

Arendt (1998) afirma que é importante contextualizar o totalitarismo, pois este é diferente das tiranias e das ditaduras e sua distinção não deve ser de modo algum uma questão acadêmica deixada, sem riscos, aos cuidados dos “teóricos” porque o domínio total é a única

---

<sup>12</sup> “For the Fascist, everything is the State, and nothing human or spiritual exists, much less has value, outside the State. In this sense Fascism is totalitarian, and the Fascist State, the synthesis and unity of all values, interprets, develops and gives strength to the whole life of the people” (MUSSOLINI, 1935).

forma de governo com a qual não é possível coexistir. Assim, é necessário cautela para usar o termo “totalitarismo”. O totalitarismo é um modo extremo de fazer política, que penetra e mobiliza toda uma sociedade enquanto lhe destrói a sua autonomia. Para Bobbio o totalitarismo deve ter sua natureza entendida como denotado pela sua própria palavra, e sintetiza a discussão teórica acerca da aplicação do termo da seguinte maneira:

A penetração e a mobilização total do corpo social com a destruição de toda linha estável de distinção entre o aparelho político e a sociedade. É importante sublinhar a ligação entre o grau extremo da penetração e o grau extremo da mobilização, uma vez que a ação totalitária penetra a sociedade até em suas células mais secretas, exatamente na medida em que envolve inteiramente num movimento político permanente. Os elementos constitutivos do totalitarismo são a ideologia, o partido único, o ditador e o terror (2007b, p. 1258-1259).

A ideologia totalitária é uma crítica radical da situação estabelecida e um desejo de transformação também radical. O partido único é guiado pela ideologia e se contrapõe e sobrepõe à organização do Estado, derrubando sua autoridade e comportamento regular e previsível. Através dele os mais diferentes grupos e as mais diversas atividades sociais são envolvidos pela política para diminuir a lealdade e os padrões de comportamento subordinando-os aos princípios e ditames ideológicos. O ditador totalitário tem poder absoluto sobre a organização do regime, como único interprete dos interesses nacionais e cuja vontade arbitrária pode influenciar hierarquias e a ideologia do Estado, o que concede imprevisibilidade à política e ao movimento da ação totalitária. Põe em prática estratégias para manter seu poder pessoal, sendo toda a política do regime influenciada por seus traços psicológicos. O terror no totalitarismo é levado adiante através da ênfase doutrinária na ideologia e na personalização do poder, que inibe todo tipo de oposição política ou opiniões individuais contrárias, que mantém assim a lealdade das massas ao regime e ao ditador (BOBBIO, 2007b, p. 1258-1259).

A formação da sociedade industrial de massa nacional submetida ao Estado e as condições de insegurança e rivalidade internacionais, combinadas ao desenvolvimento de tecnologias modernas – dentre as quais, instrumentos de violência, meios de comunicação e técnicas de vigilância – favorecem a penetração e mobilização total da sociedade, e são condições para a geração do totalitarismo.

Arendt (1998) salvaguarda a utilização do termo apenas para dois casos na história do mundo, a Alemanha nazista de Hitler, e o domínio de Stalin na Rússia. Para ela países com populações reduzidas e de pequenas dimensões não conseguem estruturar e manter regimes totalitários, somente regimes ditatoriais não totalitários, por isso não é possível classificar o

Japão nesse período como totalitário pelo seu tamanho e população bastante limitados. Arendt acredita que somente a Rússia stalinista e a Alemanha nazista foram regimes totalitários pela dimensão populacional – note-se que Alemanha somente a partir de 1939 com início das anexações territoriais – e comenta que os países que não possuíam tamanha dimensão não utilizavam “a moderação ou métodos menos sangrentos de domínio em função do receio dos governos de que pudesse haver rebelião popular: resultaram de uma ameaça muito mais séria: o despovoamento de seus próprios países. Somente onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas sem resultados desastrosos de despovoamento é que se torna viável o governo totalitário” (1998, p. 360-361). O expansionismo é uma ferramenta também usada por algumas nações para conseguir tanto a população quanto o território que lhes são carentes, de modo que foi muito comum nesse período, contudo nem todo país expansionista é totalitário, mas os países totalitários necessariamente são expansionistas, pois nesses novos territórios é possível a criação de campos de concentração e de trabalhos forçados que aumentem a força do regime, além de ter um papel importante na legitimação do governo totalitário (ARENDR, 1998, p. 360).

As ditaduras não totalitárias têm, portanto um grau muito menor de penetração na sociedade, e não apresentam a mesma determinação dos regimes totalitários de suprimir completamente qualquer tipo de oposição. O regime fascista de Mussolini, por exemplo, nunca teve o grau de penetração e mobilização do regime hitlerista e stalinista. O partido fascista foi relativamente fraco, a burocracia estatal, a magistratura e o exército conservavam grande parte de sua autonomia. Sua ação doutrinária ideológica foi limitada e fez alianças com lideranças católicas (BOBBIO, 2007b, p. 1259). Apesar das afinidades entre os movimentos nazista e fascista, os teóricos políticos do nazismo eram enfáticos ao distanciar os regimes. Goebbels, ministro da propaganda de Hitler, afirmou que enquanto “[o nazismo] desce até as raízes, o fascismo é superficial” (ARENDR, 1998, p. 359).

Conclui-se assim, que as ditaduras não totalitárias – ou ainda regimes autoritários – são regimes que tem em comum com os regimes não totalitários sua origem e intenções (penetração e mobilização da sociedade e dos recursos materiais, supressão de oposição, alto controle do Estado na economia, doutrinação ideológica com adoração a figura do líder, para superar a situação econômica e social afetadas pela guerra e a crise econômica, e um revisionismo radical do sistema hegemônico internacional), contudo as colocam em prática com diversas limitações. O Estado fascista italiano era, portanto uma ditadura não totalitária.

Havia também outro elemento em comum entre esses regimes autoritários, totalitários ou não, enormemente influenciados pelos movimentos e políticas nacionalistas e

ultranacionalistas nesse início de século: o racismo. Ele surge através daquele anseio durante a construção da nação de se ter um povo com um passado histórico contínuo em comum e uma pureza étnica, cuja herança seria imperativo que a conservarem com fidelidade, como se naquele estágio inicial se encontrassem as reais características e raízes da nação: o mito da raça.

O racismo se desenvolveu a nível político, especialmente após a Primeira Grande Guerra, mas tem uma origem distante e é resultado da fusão de três correntes de pensamento, muito distintas entre si: o estudo científico das raças, o nacionalismo e uma atitude mística na política. A fusão destes elementos acontece exatamente sob o impulso político da mobilização e nacionalização de massas. Foi com o Iluminismo que se começou a tentar classificar as raças com base em ossadas, fisionomias, etc, de modo que se dividiu a humanidade em negro, amarelo e branco. Estes estudos têm reflexos no racismo moderno devido aos estereótipos que formulou. Depois, com reinterpretações dos estudos de Darwin e da teoria da seleção natural, se iniciam práticas que em seguida vão ser usadas com fins político-racistas, notadamente a eugenia, que pressupunha o “melhoramento racial”. No racismo, o perigo da mistura das raças torna-se uma obsessão (BOBBIO, 2007b, p. 1060-1601).

Não foi o ideal de nação, mas o nacionalismo, para o qual uma nação é superior às outras, e a seguir o imperialismo, obrado a justificar o domínio colonial, que deram novo impulso a difusão das teorias racistas. Há uma desvinculação forte da ideia de nação vinculada ao *povo* para nação vinculada à *raça*, de modo que o sangue passa a ter grande importância e possibilita o misticismo da raça superior<sup>13</sup>. É comum que esses regimes acreditem serem os únicos “depositários do progresso da civilização” e, portanto, tem de conquistar e submeter as raças inferiores. O racismo termina assim politicamente no Estado racista: ideias políticas e comportamentos sociais, com raízes históricas, atingem uma dimensão estatal e nela são expressos (BOBBIO, 2007b, p. 1060-1601).

Enfim realizadas as devidas considerações, pode-se procurar definir o regime japonês do período imediatamente anterior a Segunda Grande Guerra, o período conhecido como Showa<sup>14</sup>. O Japão acaba sendo de difícil classificação, uma vez que ora apresenta

<sup>13</sup> Havia um forte sentimento de orgulho e um caso de etnocentrismo entre os japoneses de modo que o governo não admitia qualquer similaridade entre Japão Imperial e um país estrangeiro como a Itália fascista, ainda que seu aliado.

<sup>14</sup> “*In Japanese tradition the naming of each new emperor’s reign is meant to signal political leaders hopes and expectations for the future. While the designation ‘Meiji’ had foreshadowed the radical innovations to accompany the ‘Enlightenment’ drive of the 1870s and 1880s, naming the new era beginning in 1912 ‘Taisho’ announced a period of rectification and stabilization. Although individual emperors exercised no significant decision making power, the vigorous Meiji emperor and the mentally and physically weak Taisho emperor have become symbolic of their two reigns*” (TIPTON, 2002, p. 88).



características na sua origem que claramente são semelhantes às condições que originam o fascismo, ora mostra que suas idiossincrasias nacionais o eximem da referida classificação. Embora o regime japonês tenha promovido uma penetração doutrinária ideológica indiscutivelmente forte fundada na veneração fundamentalista (SKYA, 2009) o Imperador (com a força, talvez, semelhante ao culto a Hitler e Stalin), não exerceu a completa penetração e mobilização da sociedade e dos recursos como no totalitarismo, além de não possuir as dimensões territoriais e populacionais para tanto. Portanto, são nuances terminológicas que fazem a grande diferença. O termo mais apropriado para definir esse regime é o de militarismo, ou seja, Japão militarista ou ainda Japão Imperial.

A formação dos exércitos permanentes e o recrutamento em massa podem trazer o militarismo, e o processo de profissionalização dos militares é mais um elemento do processo de modernização social, econômica e política na nação. O militarismo penetra na sociedade, impregnando a indústria e a arte, e confere às Forças Armadas superioridade sobre o governo. Ao contrário da maneira militar de agir e planejar, que consiste “na concentração de homens e recursos a fim de conseguir objetivos específicos com o mínimo gasto de tempo, e de energias, de sangue e dinheiro e mediante a aplicação de técnicas mais racionais” (BOBBIO, 2007b, p. 753), o militarismo rejeita essa tomada de decisão racional e científica e ostenta atitudes de casta, de culto, de autoridade e de fé. Há, portanto o controle dos militares sobre os civis com crescente penetração de seus interesses na sociedade e sua ampla aceitação. Todas as energias da nação são direcionadas para fortalecer as Forças Armadas, se utilizando dos recursos obtidos com o sacrifício da população em detrimento da cultura e do bem-estar<sup>15</sup> (BOBBIO, 2007b, p. 750-753).

Para Huntington (1975), a intervenção militar deve ser entendida a partir das relações entre organizações militares e civis e não somente dentro da organização militar. É possível que em algumas ocasiões haja estímulos para uma intervenção ou se exija uma liderança do tipo militar, e isso pode acontecer de três formas:

1) quando a sociedade está num caos e anarquia tais que levam a crer que a única forma de impedir o desmoronamento dela mesma é com a intervenção militar;

2) quando existem dois grupos em competição e o exercito é chamado para defender o interesse de um deles (seja para manter o sistema vigente ou seja para se posicionar em contra dele);

---

<sup>15</sup> Bobbio (2007b) distingue: O contrário de militarismo é poder dos civis e não pacifismo. O contrário de pacifismo, amor da paz, é de fato, belicosidade, amor à guerra.

3) quando existem mais grupos em competição não somente pelo controle do poder central, mas também em torno de temas de fundamental importância até para os militares como a corrupção, a ordem social, a constituição e a política externa (em geral com apoio de algum dos grupos em competição).

Verificaremos, portanto no próximo capítulo quais foram as condições e como o nacionalismo foi radicalizado para permitir que o militarismo viesse dominar a política japonesa e como essa escolha política influenciou o comportamento da política externa do país nesse período.

### 3 RADICALIZAÇÃO DO NACIONALISMO NO JAPÃO

A Segunda Grande Guerra teve início oficialmente no ano de 1939, com a invasão da Polônia pela Alemanha nazista, porém para o Japão o início dos conflitos aconteceu em 1931, com o Incidente da Manchúria, de modo que diversos historiadores japoneses se referem ao período entre 1930 e 1945 como a Guerra dos Quinze Anos (TIPTON, 2003, pg. 108). Contudo, Tipton (2003) afirma que apesar do referido incidente não ter sido suficiente para uma mobilização completa da política e da sociedade japonesa para uma guerra total, ele representou uma virada expressiva que influenciou os rumos políticos do Japão nos anos 1930, tanto interna como internacionalmente.

Forças políticas variadas já demandavam o governo central e desejavam influenciar a política do Japão nas décadas anteriores a 1930; os partidos de esquerda, os partidos de direita, os militares, a zona rural, etc., pressionavam o governo para superar a pobreza, a crise econômica e as rápidas mudanças culturais. A modernidade ocidental se fazia presente, criando uma nova geração de *modern boys* e *modern girls*<sup>16</sup> que viam o futuro no Ocidente, e isso preocupava cada vez mais as forças conservadoras que viam nessa cultura a degradação da cultura japonesa. Com todos esses fatores em curso, as ações decorrentes do Incidente da Manchúria aumentaram a força dos militares na política e contribuíram para a eliminação dos partidos na política japonesa, dando início ao período de extremismo político e ultranacionalismo que levou à guerra (TIPTON, 2003, pg. 108).

Os esforços de mobilização espiritual e de recursos levadas adiante nos anos 1930, permearam diversos aspectos da vida do cidadão japonês. As mudanças estruturais do sistema japonês levadas a cabo durante o governo do Imperador Meiji (1867–1912) como a estruturação de um sistema educacional unificado nacionalista, a abolição das castas militares detentoras do poder coercitivo (os *samurai*) com a criação de um exército nacional aos moldes ocidentais, a criação de uma nova Constituição cujo líder era o Imperador que dividia o poder com o parlamento (Dieta), já se encontravam plenamente concretizadas no início do século XX e o apoio da população necessário para uma guerra pela hegemonia do Japão na Ásia precisou ser fomentado por meio de todos esses elementos (COGGIOLA, 2008). O nacionalismo, portanto foi utilizado para mobilizar os espíritos de toda a sociedade e aos poucos toda oposição foi sendo silenciada até desaparecer, não havendo mais formas de ir contra o governo imperial.

---

<sup>16</sup> *Modan boi* ou *modan garu*, em japonês, era a expressão usada para se referir aos jovens mais dispostos a abraçar os costumes ocidentais (TIPTON, 2003, pg. 104).

Portanto, na primeira sessão desse capítulo será descrito o conflito na Ásia em si, as sequências históricas desde o Incidente da Manchúria até a derrota japonesa em 1945, ressaltando-se o nacionalismo extremo com o qual a população altamente doutrinado e subserviente ao Imperador – considerado Deus – respondia à guerra. Nas sessões seguintes, será analisado o desenrolar das condições internas e internacionais que contribuíram para a formação do ultranacionalismo no Japão, em maior ou menor escala.

### **3.1 A Segunda Grande Guerra na Ásia**

Desde antes da Primeira Grande Guerra os japoneses já possuíam bases militares na China para preservar seus interesses comerciais. O Japão foi a primeira nação industrializada da Ásia, mas a recente depressão econômica de Wall Street agravou a situação de extrema pobreza que se apoderou do país, e as demandas que mais pressionavam vinham do campo (BATTY, 2005).

Até o início dos anos 1930, o Ocidente dominava praticamente toda a Ásia, A Inglaterra detinha Hong Kong, Malásia, Birmânia. Os EUA possuíam as Filipinas. A Holanda, as Índias holandesas, e a França, a Indochina. Com as últimas guerras (Sino-japonesa, 1894, Russo-japonesa, 1904, Primeira Grande Guerra, 1914) o Japão atrasado em comparação as potências ocidentais, dominou Taiwan, algumas ilhas do Pacífico e a Coreia (REES; BALAZOVA, 2001).

Em 1931, um incidente conhecido como o Incidente da Manchúria, levou tropas japonesas a dominarem esta região do nordeste da China. Quando o Partido Nacionalista liderado por Chiang Kei-Shek iniciou a reunificação da China ao fim dos anos 1920, muitos líderes japoneses entenderam que seus interesses no país estavam sendo ameaçados, e o aumento de poder da União Soviética também punha em risco os interesses japoneses no norte da China, de modo que se desejava manter a Manchúria fora de uma China unificada, para que seus recursos naturais ficassem a disposição do Japão. Então, em 1928, um grupo de militares japoneses na Manchúria, insatisfeitos com a postura do governo, muito a favor das demandas ocidentais e inerte ao que eles acreditavam ser a gradativa perda de influência japonesa na região, assassinaram o chefe militar da Manchúria com a esperança de que o governo central acelerasse a tomada desse território chinês, contudo nenhum apoio foi expedido por Tokyo. Novamente, em 1931, sem ordens de Tokyo, oficiais do exército na Manchúria provocaram um confronto com soldados chineses, receosos que a crise econômica

e a aproximação do novo líder da Manchúria com os nacionalistas, pudesse comprometer ainda mais a posição do Japão (TIPTON, 2003, pg. 121-122).

Inicialmente, o governo procurou conter a indisciplina dos militares na China, mas devido à pressão doméstica para uma tomada completa da Manchúria, foi forçado a autorizar a invasão, de parte do exército japonês em Kwantung, pelo norte da Manchúria. Ali, o Japão implantou um Estado fantoche, Manchukuo<sup>17</sup>, fortemente reprovado pelas potências ocidentais, o que levou o país a se retirar da Liga das Nações, que o considerava agressor, e a romper relações com o Ocidente.

Em 1937, um irrelevante mal-entendido entre tropas chinesas e japonesas na Ponte de Marco Polo, nas imediações de Pequim, deu início a Segunda Guerra Sino-Japonesa, apesar de nenhuma autoridade japonesa ter declarado oficialmente guerra contra a China, evitando uma intervenção ocidental, tratavam do conflito apenas como um incidente (TIPTON, 2003, pg. 122). O Alto Comando enviou milhares de homens à China, e o governo acreditava que em um mês a guerra seria ganha. A previsão não foi alcançada e causou forte descontentamento, na medida em que mais e mais soldados eram chamados para fazer parte do exército em prol da conquista do vasto território chinês. Assim, foi necessário um plano do governo para mobilizar espiritualmente os cidadãos, ainda apáticos, no esforço de guerra (BATTY, 2005).

Na guerra com a China, o Japão utilizou armamentos modernos de destruição em massa. A oposição à guerra por vários países ocidentais foi grande, principalmente após a invasão da então capital chinesa Nanquim, cenário de atrocidades relatadas no mundo todo cometidas pelos soldados japoneses. A invasão tem como estimativa média a morte de 200 mil chineses após pesado bombardeio e seis semanas de estupro autorizado, execuções e assassinatos aleatórios (TIPTON, 2003, pg. 134). O incidente ficou conhecido como o Estupro de Nanquim e foi absolutamente ocultado da população japonesa, que recebia apenas notícias sobre a glória e as consecutivas vitórias divulgadas pelo governo e pela mídia censurada (BATTY, 2005). A crença na superioridade da raça japonesa em relação aos chineses e coreanos, e a crença na supremacia do Imperador e do seu plano de expansão territorial do Império por sobre todo mundo eram justificativas para tais atrocidades, de modo que elas seguiram acontecendo pelas batalhas nos campos chineses (REES; BALAZOVA, 2001).

---

<sup>17</sup> A criação do Estado de Manchukuo e o poder que o Japão exerceu na região são retratados no filme “O Último Imperador”, de Bernardo Bertolucci.

Mesmo depois de declarado a guerra contra a China, o Japão não acreditava que os EUA tivessem motivações fortes o suficiente para iniciar uma intervenção no conflito, e preocupava-se muito mais com a União Soviética como um inimigo em potencial, de modo que concluía assim o Pacto Anticomintern de proteção mútua, assinado com a Alemanha, com posterior entrada da Itália (TIPTON, 2003, pg. 122).

Em janeiro de 1938, o Japão já dominava Xangai e a maior parte do leste da China, territórios de grande valor para as empresas japonesas. Itália já havia conquistado a Abissínia (atual Etiópia) em 1936, e Alemanha anexou a Áustria em 1938 (BATTY, 2005). A *blitzkrieg* alemã a partir de 1939 impressionou os líderes políticos e militares japoneses, principalmente depois da invasão da França, deixando-os completamente certos da vitória alemã numa guerra total. Assim, em 1940, Japão, Alemanha e Itália estabeleceram uma aliança formal em Tokyo, com a assinatura do Pacto Tripartite, formando assim o Eixo Roma-Berlim-Tokyo. Com a vantagem da aliança, o Japão avançava pela Indochina (atual Vietnam), antiga colônia da França cujo vácuo de poder na região após ter caído para Hitler, foi propício para a dominação japonesa (REES; BALAZOVA. 2001). Internamente, a partir de fevereiro de 1939, o governo japonês começou uma campanha de mobilização espiritual nacional para que todos participassem da guerra, e o governo passou a ter poder profundo sobre a economia (BATTY, 2005).

Os EUA se preocupavam com as investidas militares e coloniais japonesas. De modo que as forças chinesas que lutavam contra os japoneses recebiam fornecimento de materiais essenciais da Grã Bretanha e dos EUA, como forma de fazer resistência sem precisar declarar uma guerra contra o Japão. Líderes japoneses defendiam que “Enquanto os ingleses e estadunidenses apoiassem a China com armamento, esta guerra não acabaria; o Japão não queria destruir a China, mas sim expulsar os estadunidenses e ingleses”. Como o Japão dependia do fornecimento internacional de combustíveis, os EUA impuseram um embargo sobre combustíveis e diversos outros materiais úteis a indústria de guerra, como forma de forçar os japoneses a parar seu avanço, caso contrário entrariam em guerra com os EUA (BATTY, 2005).

Os japoneses sabiam que a guerra não era interessante, pois não podiam vencer um país com as dimensões territoriais, populacionais, e de capacidade de elevados níveis de produção em tempos de guerra, de modo que a única saída era a destruição de uma só vez da frota americana no Pacífico. Tal ataque, acreditavam os japoneses, colocaria o presidente Roosevelt em uma forte crise política e minaria as possibilidades estadunidenses de continuar a guerra. Foi assim posto em prática o ataque a Pearl Harbor, onde se encontrava praticamente

toda a frota estadunidense no Pacífico. Ao mesmo tempo, o Japão atacou a colônia inglesa de Hong Kong (REES; BALAZOVA. 2001).

Durante duas horas, 300 aviões japoneses sobrevoaram a frota estadunidense. Os pilotos japoneses afundaram ou causaram grandes danos a oito navios, três cruzadores e diversos navios pequenos. A notícia da guerra contra EUA e Grã Bretanha foi divulgada imediatamente, e a vitória no Pacífico, espalhada por todo o Japão, inflamou o espírito nacional e fortaleceu o apoio a guerra. O governo clamava que “estava na hora de 100 mil japoneses sacrificarem a vida pela causa do país” (BATTY, 2005).

Para os japoneses a invasão da Ásia era uma luta de libertação dos povos asiáticos da dominação ocidental, e os líderes do Japão pediam a criação de uma “Nova Ordem no Leste da Ásia”, uma espécie de movimento pan-asiático, baseado na Doutrina Monroe, com o estabelecimento de uma comunidade com cooperação econômica, defesa em comum e amizade, chamada Grande Esfera de Coprosperidade do Leste Asiático (*Daitoakyoeien*). Apesar de simpáticos a esses slogans, as ações atroz dos japoneses nas terras conquistadas minavam qualquer simpatia dos povos do sudeste asiático em relação ao Japão. Assim, logo ficou claro que a proposta japonesa significava “Ásia para os japoneses” e não “Ásia para os asiáticos” (TIPTON, 2003, pg. 137).

Junto a Hong Kong, em 1941, o Japão invadiu também as Filipinas, a Birmânia e a Malásia britânica, capturou Singapura, o bastião do Império Britânico na Ásia, e infligiu uma derrota humilhante ao Império Britânico, já que a força derrotada era duas vezes maior que a força japonesa. Em 19 de fevereiro de 1942, outro ataque com a mesma força de Pearl Harbor, surpreendeu a marinha australiana em Darwin, destruindo oito navios. Os japoneses começaram a invasão das Índias Orientais Holandesas, e a conquista de seu sonho imperial estava quase completa. Algumas semanas depois, após atravessarem o Oceano Índico, a mesma armada derrotava a marinha britânica no Ceilão e o novo Império Japonês se estendia por mais de um quinto do globo, incluindo os principais campos petrolíferos asiáticos (BATTY, 2005). Trezentos e cinquenta mil prisioneiros de guerra caíram nas mãos dos japoneses, dentre britânicos, malaios, australianos, escoceses, indianos e mongóis. Um em cada quatro prisioneiros morreu até o fim da guerra (REES; BALAZOVA. 2001).

Por volta de julho de 1942, o alto comando em Tokyo acreditava ser capaz de acabar com o que restava da frota estadunidense no Pacífico com mais um ataque decisivo. Contudo foi nesse momento, no ataque à ilha de Midway que o Japão enfrentou sua primeira derrota militar, e marcou um *turning point* no desempenho japonês na guerra. Os estadunidenses decifram os códigos navais japoneses e surpreenderam sua marinha com um ataque aéreo,

destruindo quatro dos porta-aviões e mais de 300 aviões. Foi um verdadeiro fracasso militar e deu início às sucessivas derrotas japonesas e sua eventual derrota total. No entanto, a rádio em Tokyo anunciava mais uma grande vitória, e a verdade da derrota em Midway foi escondida de todo Japão e as baixas militares amenizadas (BATTY, 2005).

Menos de dois anos depois de Pearl Harbor, o Império Japonês começou a ficar encurralado pelo contra-ataque estadunidense em todas as frentes, de modo que os líderes japoneses começaram a vislumbrar a possibilidade de uma derrota. Mesmo assim toda batalha perdida era ocultada do povo japonês. O racionamento internamente começou, e os alimentos começaram a faltar em todo o país, aumentando também a insatisfação (BATTY, 2005).

Ainda assim, o primeiro sinal de que muitos civis e soldados estavam dispostos a morrer pelo Imperador ao invés de se render vieram da ilha de Saipan. Em junho de 1944, uma semana depois do dia D na Europa, a armada estadunidense começou a bombardear as Ilhas Marianas no sudoeste do Pacífico. Se os estadunidenses conquistassem as Marianas, um ataque às ilhas principais seria muito mais fácil, de modo que o alto comando em Tokyo ordenou que os militares fizessem absolutamente de um todo para defendê-las. Mais de 400 aviões e três porta-aviões japoneses foram destruídos e foi mais um desastre para a marinha imperial. Os sobreviventes da batalha e civis se esconderam em cavernas nas ilhas, e os soldados estadunidenses pediam que todos se rendessem (BATTY, 2005). Os civis, contudo, foram alertados pelos militares que uma vez dominado o território japonês, os estadunidenses iriam estuprar e/ou matar aqueles capturados, e com o encorajamento do exército, milhares se suicidaram para evitar a desonra (REES; BALAZOVA, 2001). Muitos se atiraram de penhascos, famílias inteiras se suicidaram em conjunto com granadas e os suicídios em massa foram diversos (BATTY, 2005).

Com a captura de Saipan e outras ilhas, a *mainland* japonesa estava vulnerável. O alto comando, no entanto, acreditava que mesmo vislumbrando uma derrota, antes de pensarem em se render era necessária uma vitória militar grande, como forma de negociar com relativa vantagem os termos da paz. Assim, um corpo especial de ataque foi criado: os *kamikaze*, a última cartada da guerra japonesa. *Kamikaze*, palavra que significa em japonês “vento de Deus”, eram os pilotos que em missão suicida atiravam seus aviões contra os navios inimigos, com a intensão de causar maior dano à tripulação e armada inimiga. Para a população japonesa eles eram heróis que representavam o auto sacrifício em prol da continuidade do próprio país, pela vida do Imperador e de seus compatriotas e sua coragem era usada pela



propaganda do governo como inspiração para todos os japoneses<sup>18</sup> (REES; BALAZOVA. 2001).

Os maiores ataques por *kamikaze* na guerra aconteceram na Batalha de Okinawa, em abril de 1945, contra as frotas estadunidenses e inglesas. Nela, 24 navios estadunidenses foram destruídos e 200 sofreram danos (REES; BALAZOVA. 2001). Apesar de os *kamikaze* terem atingido mais de 400 navios e causado a morte de mais de 5.000 marinheiros Aliados, o avanço destes em direção ao Japão não parou. Ao fim da guerra, mais de 4.000 *kamikaze* perderam a vida em missões suicidas.

Em março de 1945, os ingleses recuperaram a Birmânia, e os estadunidenses preparavam-se para tomar Okinawa, espremendo assim o Império Japonês. A Batalha de Okinawa foi uma das mais sangrentas nas ilhas japonesas, não só pelo embate aos exércitos, mas pela reação dos civis. Para defender a ilha as forças japonesas estavam dispostas a fazer absolutamente tudo, de modo que os civis foram ordenados a se unir à batalha. O exército e diversos civis se esconderam novamente em cavernas no interior da ilha, e à medida que as tropas estadunidenses avançavam encontraram uma população disposta a se sacrificar, fosse através do suicídio antes da captura, fosse por ataques suicidas contra os soldados estadunidenses. A morte do presidente Roosevelt, em 12 de abril, animou as forças japonesas, mas apesar da resistência na Ilha a magnitude superou qualquer possibilidade de vitória. As notícias de que a Alemanha se rendeu em maio de 1945, confirmavam o receio dos líderes japoneses a respeito de uma derrota, e a negociação para acordos de paz deveria ser colocada em andamento, esforçando-se para evitar uma rendição incondicional que pudesse ameaçar a divindade do Imperador (BATTY, 2005).

A tática de incentivar os civis a se suicidar persistia por parte dos militares e do governo, pois eles acreditavam que ao mostrar ao inimigo que os civis estavam preparados a morrer pelo Imperador e pelo Japão, os Aliados iriam procurar estabelecer uma paz menos humilhante. É necessário notar que nas ilhas e territórios em que não havia militares, não houve suicídios em massa (REES; BALAZOVA. 2001). Nas batalhas nas ilhas japonesas foram mortos ao todo 12 mil estadunidenses, e 200 mil japoneses, incluindo 25% da população civil das ilhas. A Ilha caiu em 22 de julho de 1945 (BATTY, 2005).

Com a captura das ilhas, a *mainland* japonesa estava vulnerável, e os Aliados colocaram em prática um dos maiores ataques aéreos da história, como forma de pressionar o

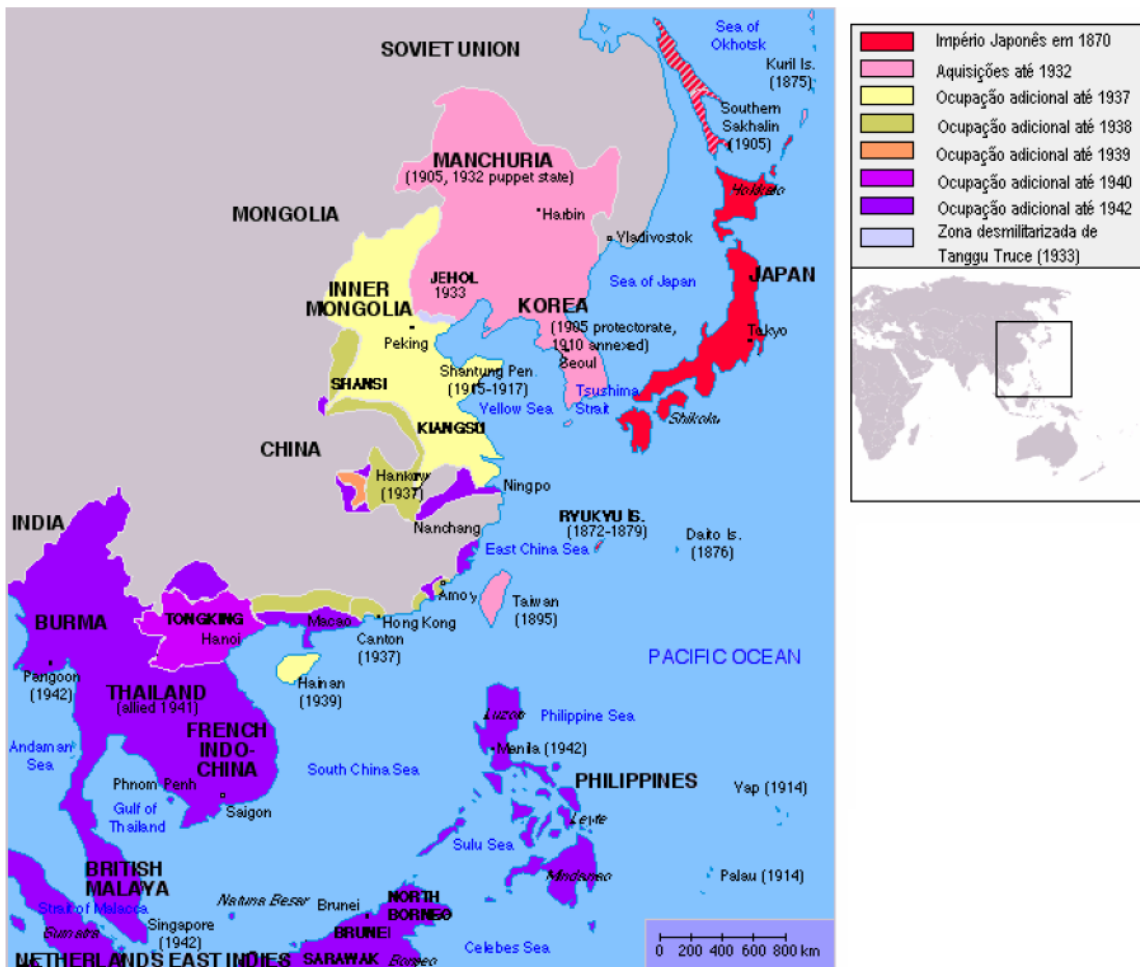
---

<sup>18</sup> Muitos filmes retratavam os *kamikaze* gritando “*Banzai!*” antes de se atirar contra o navio inimigo, contudo não existe comprovação real que isso acontecia. *Banzai* significava “10 mil anos ao Imperador”, contudo seu significado atual é diferente, seria o equivalente a brindar “saúde!”, ou desejar algo bom para um aniversariante (TIPTON, 2003, pg. 59).

Japão a se render de vez. Bombas incendiárias foram lançadas em diversas cidades do Japão, como Tokyo, Nagoya, Osaka, Hiroshima, Nagasaki, etc. e tinham efeito potencializado em função das construções japonesas majoritariamente em madeira e papel de arroz (*shoji*) (REES; BALAZOVA. 2001). Num só ataque aéreo sobre Tokyo, morreram mais de 100 mil pessoas envoltas em chamas. Quase sem mantimentos, os japoneses começaram a morrer de fome, e apesar da censura do governo as pessoas já sabiam que a guerra estava sendo ganha pelos estadunidenses. Depois de mais de sete anos de guerra, com o avanço e pressão dos Estados Unidos, diversos japoneses começaram a se entregar em massa (BATTY, 2005).

Até então, o Japão não havia saído derrotado em nenhuma das guerras que havia participado, desde a Primeira Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Russo-Japonesa, a Primeira Grande Guerra e as sucessivas vitórias convenciam a todos, tanto a população quanto os líderes do governo e militares, que a derrota japonesa era impossível e inaceitável. A certeza na supremacia e no poder do Imperador seria posta em cheque e tal derrota não deveria acontecer, de modo que a nação se sentia disposta a contribuir com a vida para seu sucesso. Ninguém no Japão estava preparado ou sabia como lidar com uma derrota, então era mais fácil continuar a guerra do que enfrentar a realidade, admitir a derrota e sofrer suas consequências. Um slogan de guerra ilustra perfeitamente essa condição: “Até o último japonês!”. Era assim que o governo estava disposto a resistir à rendição incondicional (REES; BALAZOVA. 2001).

Em Boston, 26 de julho de 1945, os líderes Aliados se encontraram para discutir como por fim a guerra no Pacífico. Alternativa oferecida ao Japão pela Declaração de Potsdam era a rendição incondicional ou destruição total. Contudo, a incerteza sobre o futuro da instituição do Imperador no caso de uma rendição incondicional e ocupação estadunidense fez com que o Japão rejeitasse os termos da declaração. Onze dias mais tarde os estadunidenses lançaram bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Mais de 200 mil pessoas morreram instantaneamente, e muitos milhares nos anos a seguir. Seis dias depois do bombardeamento de Nagasaki, o Imperador Hirohito fez uma declaração para o povo japonês, colocando fim à guerra, sem nenhuma menção à palavra rendição. Foi a primeira vez que o povo do Japão ouviu a voz de seu Imperador Deus (BATTY, 2005).



Mapa 1: A Expansão do Império Japonês: 1870-1942 (NOGUEIRA, 2010, pg. 9).

Com o conhecimento dos extremos alcançados tanto pelos militares quanto pela população civil japonesa na mobilização total para a guerra, se pode indagar como um doutrinação ideológico nacionalista influenciou tais atitudes. Desde o tratamento extremamente desumano dos militares japoneses para com os outros povos da Ásia que foram conquistados pelo Império Japonês, à preferência de matar a si e seus familiares pelos civis como forma de não trazer desonra para o Imperador e para a nação se tornando prisioneiros, ou ainda, levar adiante missões suicidas nas batalhas do Pacífico.

Todas as justificativas estavam fundamentadas no ultranacionalismo, racismo, extremismo político, e na crença da divindade do Imperador e seu direito de dominar o mundo. Então, só nos resta entender como o ultranacionalismo foi construído durante anos de doutrinação nacionalista e fundamentalismo religioso. Tais eram as condições internas e internacionais que contribuíram para a ascensão do ultranacionalismo no Japão.

### 3.2 As mudanças sociais, econômicas e políticas da década de 1920: a herança Meiji e a “democracia” da Era Taisho

O Japão já havia sido uma nação muito cooperativa com as potências do Ocidente, de modo que a medida que deu início à construção do seu império na década de 1930, o Secretário de Guerra dos EUA Henry Stimson concluiu: “*Japan has historically shown that when the U.S. indicates by clear language and bold actions that she intends to carry out a clear and affirmative policy in the Far East, Japan will yield to that policy even though it conflicts with her own Asian policy and conceived interest*”. A militarização, a natureza propagandística do sistema educativo e o Código do *Bushido* são apresentados como os principais fatores da radicalização do nacionalismo no Japão, e como esses fatores foram introduzidos e desenvolvidos na vida do Japão é o que será discutido neste item (TIPTON, 2003, pg. 122).

Durante os 1920, o Japão apresentava uma política de internacionalismo pacífico, subserviente às demandas ocidentais na Ásia, pois seus líderes diplomáticos acreditavam que os interesses de seu país eram mais bem servidos através de diplomacia e acordos multilaterais internacionais que através de beligerância. Eles tinham o apoio da comunidade empresarial, bem como da sociedade, pois o interesse no setor militar e disposição para ir à guerra até então eram relativamente baixos.

Com o vácuo de poder deixado na Ásia pelo foco da Europa no esforço da Primeira Grande Guerra, o Japão viu então grandes oportunidades de mercado, principalmente na China, de modo que expandir seus privilégios econômicos e sua influencia sobre as políticas chinesas era primordial. Nessa guerra, os japoneses ocuparam antigos territórios alemães na China e no Pacífico, e esperavam recebê-los como espólios de guerra. Na Conferencia de Paz de Versalhes, representantes do Japão estiveram ao lado dos vitoriosos, e alcançaram ganhos e derrotas, tornando o país membro permanente do conselho da Liga das Nações, mas sendo derrotado na peleja pela inclusão de uma cláusula de igualdade racial na carta da instituição por oposição estadunidense, britânica e australiana. Foi permitido ao Japão, por uma autorização da Liga e não por direito legítimo, de permanecer com as Ilhas Marianas, antigos territórios alemães, e Shandong, além de maiores privilégios na China (TIPTON, 2003, pg. 89-90).

Apesar de alguns reveses, os líderes diplomáticos reafirmaram a postura japonesa pacífica no que diz respeito à expansão dos mercados japoneses sem conflitos, e na Conferência de Washington de 1921 a 1922, o Japão reafirmou a integridade territorial da

China e renunciou a diminuição de tratados desiguais entre os países, devolvendo o território de Shandong com a preservação de direitos econômicos mais amplos na região. Ainda, aceitou limitar sua armada naval numa proporção de 5:5:3, em relação as armadas britânicas e estadunidenses em tonelagem, porém maiores que a França e a Itália que ficaram com 1.75:1.75. Em compensação a Grã-Bretanha e EUA prometeram não estabelecer novas fortificações no Pacífico. Orçamentos militares menores e maior participação internacional em conferências em prol da limitação militar foram marcas da política japonesa dos anos 1920, e até mesmo os livros escolares traduziam o clima de amizade e pacifismo que o Japão mantinha com os outros países, com a exaltação das conquistas pacíficas e cooperativas dos imperadores Meiji e Taisho em detrimento do louvor a heróis militares, e a população não apresentava maiores atenções ou demandas relacionadas a expansionismo militar (TIPTON, 2003, pg. 90).

Porém foi no contexto das mudanças sociais dessa era que os primeiros passos em direção aos eventos dos anos entre 1930 e 1940 foram dados. Na década de 1910 e 1920 a política japonesa era conduzida por um regime partidário parlamentarista, contudo quem detinha de fato o poder era o Imperador e a oligarquia que o apoiava. O Período Taisho (1912-1926) é também conhecido como “Democracia Taisho”, termo bastante discutido pelas nuances institucionais do governo japonês. A Dieta era composta pelos oligarcas e seus protegidos, e dominavam efetivamente a política japonesa através dos chamados “gabinetes transcendentais”, criados para governar acima da política partidária. Contudo, o governo ainda dependia de cooperação da Dieta para seu bom funcionamento, principalmente para a aprovação de orçamentos.

Os poderes que dominavam a política entre 1913 e 1918 eram os oligarcas e políticos mais antigos, o partido Doshikai, e o partido Seyukai, e ficavam cada vez mais complexas as lutas por interesses entre os três. Somado a isso, a opinião pública demandava cada vez mais por reformas na política, na sociedade e na economia. A alta dos preços do arroz e outras demandas sociais mais gerais gerou um motim em 1918, que se espalhou das áreas rurais, até as cidades, e por todo o país. O governo precisou mobilizar o exército para suprimir as revoltas. Esse conflito levou a renúncia do Primeiro Ministro à época, Terauchi Masatake, e marcou fortemente o crescimento da participação das massas na política.

Contudo, apesar do avanço na participação do povo na política, é amplamente aceito que a política da década de 1920 era majoritariamente dominada pelos dois principais partidos mencionados, e os aspectos democráticos de sua participação política eram bastante limitados, pois a supremacia do Imperador era absolutamente aceita pelos políticos partidários e poucos

se mostravam contrários à estrutura constitucional. Tipton (2003) afirma que apesar da presença de liberais nos partidos, a sua participação não impediu a ascensão dos eventos e políticas das décadas de 1930 e 1940, pois a “vida política da era Taisho era bastante complexa, contraditória e multivalente” (2003, pg. 93-94).

Nogueira (2010, pg. 58-59) comenta que em função das revoltas de 1918 houve uma dupla resposta do governo, pois apesar da repressão de grupos radicais, tolerou a participação e criação de partidos moderados de esquerda e fez concessões legislativas, como o sufrágio universal masculino, em 1925. Entretanto, revela que esse sistema não configurava uma resposta às demandas da população ou à democracia, uma vez que diversos partidos políticos que cresceram neste período, tinham suas lideranças unidas ou ligadas a líderes militares, a líderes das *zaibatsu* e a burocracia governamental, que influenciavam a realização de políticas chaves para o Japão. “Os partidos ganhavam mais através de compromissos e acordos com os burocratas, líderes militares ou com as *zaibatsu*. Quando a população pôde votar, os partidos não tinham quase nenhuma influência em decisões políticas importantes ou na forma como o governo era conduzido” (NOGUEIRA, 2010, pg. 58-59).

Com as revoltas populares e a ascensão de grupos radicais de esquerda, se iniciou a supressão das oposições na política japonesa, impelida pelo grande “medo” do início do século XX, que era a difusão do comunismo. Tipton (2003, pg. 97) afirma que no Japão tanto as condições objetivas quanto subjetivas não contribuíram para a existência de um movimento comunista com um relativo nível de consistência e sucesso na política. Em termos objetivos, o proletariado japonês era reduzido e de escassa expressão de constituir um movimento forte e unificado, os camponeses eram a força de trabalho predominante na década de 1920, majoritariamente hostis a qualquer tipo de ideia socialista. A ideologia da Era Meiji promoveu uma ética coletivista oposta ao conflito aberto de classes e ao conflito social, que justificava, assim, medidas de repressão às esquerdas. O *kokutai* (a política nacional) foi determinado como santo tanto pela Constituição Meiji quanto pelo Rescrito Imperial sobre Educação, que tinha em seu centro o Imperador, principal figura da política japonesa.

Em termos subjetivos as condições no Japão diferiam bastante das condições europeias nas que Marx se baseou para criar sua filosofia política e eram igualmente diferentes das condições das nações com histórico agrícola e colonial asiáticos (TIPTON, 2003, pg. 97). O fato de o líder máximo ser considerado e legitimamente aceito como Deus para os japoneses em função da religião *Shinto* concedia ao seu regime uma fidelidade fundamentalista (SKYA, 2009), de modo que não foi necessária no Japão uma política de repressão da esquerda tão forte uma vez que já era insipiente pela falta de interesse da maior

parte da população nessas ideologias. “*Todos los historiadores ven un patriotismo japonés, esencialmente diferente a los desarrollados durante los años 1920 en Italia y Alemania, ya que no se produjo una amenaza tan radical a la izquierda para llegar al poder. La buena estrategia ultranacionalista consiguió callar en lo más hondo de la sociedad las pretensiones nacionalistas, patrióticas y expansionistas que promulgaban*” (MONJE, 2004). Desse modo, o Partido Comunista do Japão nas décadas de 1920 e 1930 teve sua trajetória marcada por derrotas políticas sucessivas e foi completamente destruído em 1932, não sendo restabelecido até o fim da guerra.

Preocupados com a escalada dos motins em 1918 por todo o país e o fluxo de ideias revolucionárias vindas da Europa, autoridades policiais aumentaram a repressão e a vigilância de anarquistas e socialistas. Em 1925, uma lei de controle político, chamada Lei de Preservação da Paz, estabelecia que qualquer tentativa de organização com objetivo de destruir o *kokutai* e acabar com o sistema de propriedade privada estava sujeita a punição de prisão. Em 1928, uma revisão da lei estabeleceu que qualquer crime contra o *kokutai* (ou seja, oposição ao sistema imperial) estava sujeito a pena de morte, acima da preservação da propriedade privada. Assim, a repressão cresceu sistematicamente, levando a prisões em massa pela política especial do Japão, a Tokko, que tinha função de investigar e controlar o “pensamento”. Na década de 1930 esse tipo de perseguição continuou para com todos os simpatizantes da esquerda, e logo passou para qualquer oposição ao governo (TIPTON, 2003, pg. 106).

Assim, as ideologias comunistas e radicais de esquerda ficaram populares em maior medida entre grupos marginalizados da sociedade, como os *burakumin* (descendentes do regime militar prévio à Restauração Meiji) e imigrantes coreanos, nestes, com manifestações que demandavam a independência da Coreia. Contudo eram compostos em sua maior parte por camponeses com pouca instrução trazidos a força ou por meio de promessas de uma vida melhor no Japão, o que não se materializava e se tornavam, assim, marginais, fonte de mão-de-obra barata e vítimas de preconceito.

É nesse contexto que são utilizados dois dos elementos principais do nacionalismo japonês desse período para reprimir esses grupos: o racismo e o anticomunismo. A polícia e membros do governo difundiram a ideia de que os coreanos estavam planejando um ataque revolucionário contra o Imperador e, depois do terremoto de 1923, que eles estavam envenenando poços d’água. Isso levou à existência de grupos de civis com objetivo de matar centenas de coreanos inocentes, somado a própria ação da polícia que priorizava a abordagem de membros desses grupos. Os coreanos imigrantes no Japão recebiam tratamento violento e

condições precárias de vida, contudo o número de imigrantes apenas crescia a cada ano (TIPTON, 2003, pg. 98).

Esse período também foi caracterizado por fortes mudanças socioeconômicas, em função da consolidação do Japão como uma sociedade industrial urbana. Durante a Primeira Grande Guerra o Japão pôde ampliar seus mercados uma vez que as indústrias europeias estavam direcionadas para suprir as necessidades de guerra, contudo o fim dela marcou o retorno da Europa para os mercados recém-ocupados pelos japoneses, e a demanda por seus produtos caiu. Com a depressão de 1929, a situação foi agravada e o emprego aparecia pela primeira vez como um grave problema.

A urbanização das cidades foi marcada por uma grande migração de jovens homens e mulheres do campo que desejavam uma vida com mais oportunidades nas cidades. As expectativas raramente eram atendidas e muitos acabavam na pobreza. Os poucos que não ficavam nessas condições eram jovens homens educados e qualificados do ensino médio procurados pelas grandes indústrias. Eles representavam uma nova classe média urbana distinta pelo seu maior nível de escolaridade e gosto por um estilo de vida ocidental. A difusão do rádio começou em 1925, e até 1941, 45% das casas no país tinham um. Cinema era a mídia e o entretenimento mais popular, e a indústria de filme japonesa cresceu. O ideal de “civilização” (*bunmei*), pregado no governo passado era substituído pelo ideal de ‘cultura (*bunka*)’ (TIPTON, 2003, pg. 102-105).

“*Bunmei*” representava o ideal da Era Meiji do progresso e universalismo de uma civilização avançada, com ênfase no auto sacrifício e o nacionalismo. “*Bunka*”, ao contrário, exalta o individualismo, o consumismo e o cosmopolitismo, em vez do serviço público como metas nacionais, pregava a autopreservação e a subordinação das questões públicas à escolha pessoal e privada. Essa transformação era fortemente combatida pelas forças tradicionais japonesas, como os militares e os partidos de direita ultranacionalista, que viam no *bunka* a degeneração da sociedade japonesa que prestava um desserviço à nação, construída sob a aspiração ao espírito guerreiro dos *samurai* que colocava o sacrifício pessoal pela nação como a forma mais nobre de servir ao Japão.

A pobreza crescia bastante e a economia estava estagnada, aumentando os conflitos políticos e sociais, o que demonstrou a incapacidade do governo de partidos de resolver estes problemas, que afetavam tanto as cidades quanto o campo, apesar das vantagens conseguidas com a Primeira Grande Guerra. O governo por sua vez preocupava-se com a escassez de recursos para suprir o elevado crescimento populacional, principalmente depois que os EUA,



o Canadá e Austrália criaram normas de restrição contra imigrantes<sup>19</sup> (TIPTON, 2003, pg. 90). No governo Meiji, uma população numerosa era tida como símbolo de força da nação, contudo a trágica e ameaçadora vida no campo de algumas regiões do Japão onde imperava a fome e subseqüentemente a miséria e as tensões sociais, empurrava uma mudança de postura no governo. Nesse respeito, foram enviados agentes diplomáticos a diversos países com o objetivo de firmar acordos que permitissem a imigração de um grande número de japoneses, como México, Filipinas, Malásia, Estados Unidos, Peru e Brasil. Foram criadas empresas privadas de migração, como a Morika, a Meijo e a Toya que agiam conforme as diretrizes e os interesses estratégicos do Japão para levar grandes contingentes populacionais nipônicos ao exterior. Como nos Estados Unidos, Canadá e Austrália havia normas de restrição, a América Latina figurou como uma região de interesse estratégico do governo japonês (GONÇALVES, 2010, pg. 210).

Nogueira (2010) resume essa década no Japão, nos seguintes termos:

“Assim, o Japão enfrentava dois problemas primários de ajuste doméstico no começo do século XX. Por um lado, as necessidades e demandas dos trabalhadores da indústria cresciam juntamente com os movimentos trabalhistas e a pressão no governo por melhores condições de trabalho. Por outro lado, o problema era o setor agrário. Os aluguéis de terra permaneceram altos, a tecnologia ainda arcaica, e muitos fazendeiros se sujeitavam a um sistema de vassalagem para com grandes latifundiários submetidos a contratos desiguais e sem proteção legal. Embora o desenvolvimento industrial tenha sido notável e a urbanização acelerada, ambos não modificaram o padrão da agricultura japonesa na zona rural e a economia continuava a depender das exportações agrícolas, principalmente têxteis, para a sua sobrevivência. A grande dependência de recursos naturais estrangeiros era igualmente preocupante e era uma das justificativas imperialistas japonesas” (NOGUEIRA, 2010, pg. 60).

Assuntos de política nacional ainda não dominavam a vida diária nem os planos individuais do japonês comum na década de 1920, contudo, a medida que a crise interna era agravada pela crise da política externa no começo da década de 1930, essas questões foram colocadas em primeiro plano, levando o Japão a se definir contra as potências ocidentais.

As guerras contra a China e a Rússia foram um estímulo para a indústria naval japonesa e têxtil, tanto quanto para forjar a identidade nacional japonesa. A guerra havia se transformado em um forte meio de união nacional. O setor industrial angariava ganhos reais na agricultura, mineração, pesca e silvicultura, e o Japão continuava a exportar têxtil e a financiar a importação de maquinaria estrangeira sem perda de controle de sua economia. As novas colônias providenciaram recursos naturais e oportunidades para expansão da atividade econômica (NOGUEIRA, 2010, pg. 58). O setor militar também crescia vertiginosamente o

---

<sup>19</sup> Nos EUA através do Immigration Act de 1924 (TIPTON, 2003, pg. 100).

seu número de recrutas interessados em formar uma carreira militar e as artes marciais japonesas (*budo*) também se beneficiavam das guerras.

A respeito do *budo*, se faz necessário compreender como ele foi importante para a formação da identidade nacional japonesa, principalmente por ter sido um dos principais canais de transmissão do ultranacionalismo japonês (PATTERSON, 2008).

A prosperidade do setor militar crescia à medida que a população começava a ver nos militares a mística do *samurai* resumida nos ensinamentos do *bushido*, o código de ética do *samurai*, em contraste aos políticos corruptos que não tinham o senso do dever e do serviço para com o Japão e o Imperador que os militares tinham. O próprio setor se tornou o veículo mais poderoso de propaganda de um pensamento nacionalista e militarista. Rapidamente, os oficiais graduados podiam interferir na política mais diretamente, e muitos segmentos, simpáticos ao setor militar, apoiaram um movimento em direção a intervenção militar em resposta ao crescente senso de insegurança nacional do período (NOGUEIRA, 2010. pg. 61).

O *bushido*, que significa Caminho do Guerreiro, foi responsável por arraigar os principais elementos da identidade nacional japonesa, e sua difusão desde os *samurai* a toda a população japonesa é reconhecida como sendo um dos principais fatores para a radicalização do nacionalismo. O Código do *Bushido* era um sistema ético ao qual se aderiria completamente a classe guerreira dos *samurai* no Japão Tokugawa. Ele foi associado à prática física das artes marciais (*budo*) desenvolvidas pelos *samurai* (PATTERSON, 2008, pg. 9).

Universalizado pelo governo Meiji, o *bushido* era restrito à elite militar do país na Era Tokugawa, os *samurai*, os únicos autorizados a portar espadas e detentores do monopólio sobre o uso da violência no Estado e no ensino das artes marciais. Um código de transmissão oral que, só pôde ser popularizado ao ser escrito e publicado em 1899, no livro *bushido, a Alma do Japão*, de Inazo Nitobe. Baseados no confucionismo, os princípios do *bushido* considerados mais importantes pelos governantes eram o da lealdade e da honra, pois eram os que se desejava difundir na população: lealdade irrestrita ao Imperador e defesa da honra nacional. O *bushido* também pregava que a maior honra era morrer pelo seu mestre e que se render e se tornar prisioneiro era um ato digno da máxima vergonha.

É de conhecimento geral hoje, que apesar de ter se baseado em conceitos morais de fato reconhecidos pelos *samurai*, o Código mitificou excessivamente estes guerreiros, e a adesão real dos *samurai* aos seus valores foi exagerada, uma vez que se deve reconhecer que assim como qualquer código ético, poucos seguem com 100% de lealdade o que é postulado, e com os *samurai* não era diferente, havia também muitos deles que não faziam honra ao código. Mas o fato que deve permanecer em mente era que os valores mantidos pelos *samurai*

foram tomados por Nitobe e pelo governo Meiji e emoldurados por um código coeso, auto glorificante e quase mitológico. A exageração das virtudes dos *samurai* serviu para intensificar a imagem que os japoneses tinham de si mesmos como uma raça virtuosa e guerreira, que serviu para fortalecer o crescimento do nacionalismo e do espírito guerreiro nas classes populares.

Como o Japão teve que se modernizar aos moldes ocidentais, os métodos de guerra e técnicas marciais *samurai* se tornaram anacrônicos e inúteis na época das metralhadoras, contudo as artes marciais se apresentaram como uma forma de inculcar o sistema tradicional de valores que interessavam ao governo, seus cidadãos e a formar o espírito nacional. As artes marciais foram então modificadas para se enfatizar o “espírito *samurai*” em detrimento da “técnica *samurai*”<sup>20</sup>. Jigoro Kano, o fundador do judô foi o primeiro a adaptar sua arte marcial para servir à realidade moderna, em seguida outros mestres seguiram e adotaram as mudanças. A prática das artes *budo* cresceu à medida que elas foram implementadas nas Forças Armadas e no sistema educacional. As principais artes marciais do período foram o *judo*, *karate-do*, *iai-do* e o *kendo*, estas últimas artes com a espada, símbolos do poder dos *samurai* eram representações indelévels da conexão com os antigos guerreiros (PATTERSON, 2008, pg. 14-15).

Uma vez que as artes *budo* foram introduzidas nas Forças Armadas, o nível de sucesso de doutrinação dos recrutas foi exponencial. A Marinha e a Armada pertenciam ao Imperador e a lealdade a ele era um tema constantemente invocado pelos recrutas tanto na Academia Militar quanto fora dela. O Japão conseguiu em pouco tempo (1868-1908) criar um contingente militar altamente leal, ultranacionalista e acima de tudo com recrutas dispostos a sacrificar suas vidas pelo Imperador e pelo Japão.

Com tantos bons recrutas, Patterson (2008) comenta que “*los japoneses podrían implicarse en más y más guerras extranjeras; y con más guerras, más reclutas llegaban a interesarse en las artes marciales y se veían atraídos por los ideales expuestos en el Código del Bushido. Sin ninguna excepción, las artes marciales experimentaron un enrolamiento cada vez más masivo inmediatamente antes, durante, y después de los conflictos armados*” (2008, pg. 19). Funakoshi, o fundador do *karate-do*, menciona em sua autobiografia que a medida que o conflito com a China crescia e aumentava o alcance do Incidente da Manchúria,

---

<sup>20</sup> As artes marciais trocaram o sufixo *jutsu*, que significa prática, pelo sufixo *do*, que significa caminho, como em judô e karate-dô, que antes eram denominados *jujutsu* e *karatejutsu*, e representavam assim essa mudança da prática da arte para a filosofia que ela defendia (PATTERSON, 2008, 14).

seu *dojo*<sup>21</sup> não tinha estrutura para acolher a quantidade de homens que desejava treinar (1975, pg. 88). Quanto mais a guerra fazia parte do nacionalismo japonês e as vitórias usadas para elevar a moral e solidificar sua unidade, mais se fortalecia o exército e a admiração da população.

As artes do *budo* também foram introduzidas no sistema educacional, seguindo a mesma estratégia das Forças Armadas, de através da disciplina formada pela prática das artes, doutrinar a população segundo os preceitos de lealdade e honra, e assim resguardar as tradições do passado importantes para a preservação da cultura japonesa frente à entrada da cultura ocidental. A organização da sociedade japonesa é, ainda hoje, fortemente hierárquica, e os ensinamentos do *bushido*, passados através das artes *budo*, foram importantes para reforçar a hierarquia máxima do Imperador e a lealdade irrestrita a ele e a todas as outras estruturas hierárquicas que compunham a sociedade japonesa da época (PATTERSON, 2008, pg. 16-17).

O *judo* e o *kendo* foram as artes que mais se beneficiaram da incorporação no sistema educacional, pois as qualidades de coragem, lealdade e disciplina que eram estimuladas mediante o treinamento eram consideradas vitais. Dessa forma desde 1908, uma lei decretou obrigatória a instrução de *kendo* ou *judo* em todas as escolas japonesas de ensino médio, tanto públicas quanto privadas. Também foi muito popular o treinamento de *budo* nas universidades de todo o país, e tendo em vista que naquela época aqueles que tinham acesso as universidades eram apenas estudantes das classes sociais altas, muitos dos universitários que passaram pelos treinamentos acabaram por se tornar membros importantes do governo e do exército.

O sistema educacional japonês, mesmo na época do internacionalismo pacífico, tinha um único objetivo de 1890 (com Rescrito Imperial para Educação) a 1945 com o fim da guerra: estimular a lealdade de parte da população para com a figura do Imperador, e assim, desenvolver o nacionalismo japonês. Tendo em vista que o Imperador era tido como Deus, de acordo com a religião *Shinto*, se pode afirmar que o nacionalismo japonês possuía um forte sentido religioso. Ou seja, o nacionalismo japonês anterior à Segunda Grande Guerra era marcadamente fundamentalista. Toda a honra se devia ao Imperador e se o Japão era a terra de Deus, então sua proteção era imperativa (PATTERSON, 2008, pg. 16).

Wilbur Fridell (1970, pg. 823) afirma que as escolas japonesas serviam como órgãos importantes de propagação dos valores nacionais-imperiais, e a totalidade do currículo escolar

---

<sup>21</sup> Local onde se treinam artes marciais japonesas.

tinha no doutrinamento ético do *bushido* e no fundamentalismo religioso xintoísta um papel ideológico extraordinário. Segundo Kenneth Kurihara (1944), o sistema educacional chegou ao nível de ser meramente uma ferramenta estatal para difundir propaganda na população e fomentar o nacionalismo, “a escola japonesa existia para o Estado, e não para o povo” (1944, pg. 35-37).

Em suma, as rápidas mudanças na sociedade japonesa e a política de pacifismo da Era Taisho, pareciam não poder continuar por muito tempo. O embate com as potências ocidentais no controle dos mercados asiáticos e a necessidade de resolver a crise interna deixava claro que o colonialismo parecia ser o caminho a seguir, afinal, o Ocidente havia crescido através do colonialismo e do expansionismo na Ásia, agora era a vez do Japão também fazer o mesmo.

### **3.3 Conflito entre nacionalismos na década de 1930 e 1940: virando-se contra Ocidente e a caminho da guerra**

O poder da direita ultranacionalista cresceu muito na década de 1930, sob a figura do Imperador Showa (Hirohito), principalmente em função da situação no campo japonês e em alguns casos fortemente ligado ao terrorismo violento. Como já mencionado, a década de 1920 e o início de 1930 foram anos muito difíceis economicamente para o setor agrícola japonês. O problema do preço do arroz foi agravado, os estadunidenses passaram a utilizar tecidos sintéticos recém-inventados, reduzindo a demanda da seda japonesa, que a essa altura a maioria das famílias de agricultores era dependente para complementar a renda. O colapso da economia internacional em 1929 piorou essas condições, e a decisão do governo para permanecer no padrão-ouro, enquanto outros países desvalorizaram suas moedas, fez o iene japonês relativamente mais caro, criando ainda mais dificuldades para os agricultores na exportação de seda (TIPTON, 2003, pg. 112).

Apesar de ser um grupo diverso, a chamada direita japonesa na década de 1930 tinha como ponto em comum a situação no campo e pressionava o governo para resolver esses problemas. Muitos desses políticos de direita exaltavam o agrarianismo, e eram críticos das consequências socioeconômicas da industrialização e compartilhavam assim da insatisfação em relação aos “hábitos degenerativos” e às “ideias perigosas” que se espalhavam nas cidades, principalmente o individualismo e a noção de luta de classes. Para a ala de direita, um nacionalismo baseado no legado espiritual japonês era primordial, e se opunham à visão eurocêntrica de modernidade. Assim, eles lutavam pela renovação desse legado espiritual e

cultural do Japão para criar um tipo de desenvolvimento exclusivamente japonês. Eles criticavam o atual governo por ter abandonado o que eles acreditavam ser o “espírito da Restauração Meiji”, que viam como um levante popular que incorporava ideais como igualdade legal, mobilidade e justiça política para todos, uma visão romântica e historicamente equivocada da Restauração. Assim, se clamava por uma “Restauração Showa”, que deveria se basear no espírito da Restauração Meiji e nos atos altruístas dos grandes líderes que possuíam uma verdadeira lealdade para com o Japão e suas tradições (TIPTON, 2003, pg. 115).

Esse chamado por ações livre de individualismo e lealdade deu início a uma série de atentados terroristas e tentativas de golpe de Estado por uma facção de jovens oficiais militares na primeira metade dos anos 1930. O grupo de Jovens Oficiais assassinou dois Primeiros Ministros, diversos outros ministros e líderes empresariais. O assassinato do Primeiro Ministro Inukai Tsuyoshi, em 1932, marcou o fim da política de partidos no Japão e a partir de então, o governo foi conduzido por gabinetes formados por burocratas e líderes militares, contudo sem a tomada do poder de fato, de parte dos militares, deixando assim a Constituição Meiji e o poder do Imperador, intactos.

Uma dessas tentativas quase conseguiu sucesso em 1936, quando o grupo de Jovens Oficiais, inspirado ideologicamente pelo livro de Kita Ikki e contrários ao que consideravam ser o egoísmo das *zaibatsu* e a corrupção dos políticos em detrimento do bem da população, tomou importantes prédios públicos, ameaçando assassinar líderes do governo, inclusive o Primeiro Ministro Okada.

Kita Ikki defendia um golpe de Estado para realização de uma série de reformas com o objetivo de renovar o espírito japonês e frear a difusão das ideias degenerativas ocidentais. O grupo dos Jovens Oficiais Militares, contudo não tinha absolutamente nenhum plano para depois de realizado o golpe de Estado, seu único objetivo era criar uma situação tão crítica que forçaria uma tomada de poder pela Facção do Caminho Imperial, Kodoha, composta por oficiais militares do alto escalão que apoiavam as ações extremistas dos Jovens Oficiais. Inclusive, esse atentado, conhecido como o Incidente de Fevereiro de 1936, só teve tal nível de sucesso por contar com o apoio desses militares do alto escalão. Durante três dias tomaram Tokyo, quando a Marinha enviou navios para a Bahia de Tokyo e suprimiu completamente a rebelião. Treze membros dos Jovens Oficiais, assim como Kita Ikki, foram julgados e executados. O Imperador Hirohito declarou pessoalmente sua insatisfação com a indisciplina da Facção Kodoha do exército e ainda, com as ações do grupo (TIPTON, 2003, pg. 117).

Apesar do fim dos atentados terroristas e dos golpes de Estado, a força política da direita não desapareceu e os preparativos para a guerra com o Ocidente prenunciada pela criação do Estado-fantoches de Manchukuo (Manchúria) e a consequente saída do Japão da Liga das Nações, deveriam ser colocados em curso. O fim da Facção Kodoha do exército pelo apoio que prestava aos terroristas, deixou o caminho livre para a facção concorrente, a Tōseiha (Facção do Controle). Ambas as facções do exército eram de direita, e apesar de compartilharem do mesmo objetivo, que era como mobilizar o Japão para fazer frente às pressões ocidentais, discordavam das formas de fazê-lo. A Kodoha acreditava que apenas uma mobilização espiritual da população era suficiente para vencer o Ocidente, já a Toseiha, priorizava uma modernização dos equipamentos e estruturas das Forças Armadas e mobilização de recursos econômicos e sociais para tanto. Com o fim da Kodoha, e o fim da indisciplina no exército, a Toseiha pôde influenciar mais o governo, de modo que o político e general do exército Hideki Tojo, membro da Toseiha, se tornou Primeiro Ministro do Japão entre 1941 e 1944 (TIPTON, 2003, pg. 117).

Batty (2005) relata que a indisciplina desses militares foi um dos fatores mais relevantes para o recrudescimento dos treinamentos nas Forças Armadas. É demonstrado que até essa década os japoneses tinham respeito muito forte para com seus prisioneiros de guerra, reiterado pela existência de um Comando Imperial de 1882 que determinava esse tratamento benevolente, e pela assinatura das Convenções de Genebra. Aliado da Grã Bretanha na Primeira Grande Guerra, o Japão capturou soldados alemães na Ásia, e seguindo o Comando, se permitiu que esses prisioneiros gozassem de uma vida pacífica e agradável, de modo que muitos terminaram por se estabelecer permanentemente no país ao fim do conflito (REES; BALAZOVA. 2001).

Para combater a indisciplina, a severidade do treinamento teve de ser elevada. Um treinamento brutal foi posto em prática e todo e qualquer elemento de compaixão e respeito para com o inimigo que existia no Código de Ética do Guerreiro, *bushido*, foi eliminado (REES; BALAZOVA. 2001). Qualquer erro era fisicamente disciplinado com golpes fortes em todas as partes do corpo, espancado com armas, com mãos e até com autopunição, quando os recrutas eram colocados um diante do outro para se espancarem mutuamente e economizar as energias do superior. Esse treinamento refletiu na forma como os soldados japoneses trataram os povos dominados na Ásia, sem nenhum traço de consideração, espalhando atrocidades por onde passavam. Os inimigos eram vistos como uma raça inferior, não humana, com a qual o soldado japonês poderia fazer o que quisesse. O *bushido*, apesar de ser erroneamente associado a essa fonte de atrocidades, pregava o respeito máximo para com o

inimigo. Foi a mobilização espiritual e de recursos levada adiante depois que os desentendimentos com o Ocidente começaram, que fez com que só elementos específicos do *bushido* fossem utilizados para disciplinar.

Assim, Tipton (2003) pondera que os militares se tornaram proeminentes na condução do governo em função da incapacidade do governo partidário de resolver os problemas socioeconômicos internos, e ainda, pelas relações internacionais cada vez mais em crise entre o Japão e as potências ocidentais, a partir de 1931. Estava claro que a guerra era agora um recurso necessário para a autonomia e segurança nacional japonesa.

Até então, o Japão vinha se adaptando a todas as demandas ocidentais, havia aceitado limitar sua construção naval, devolver territórios conquistados com a Primeira Grande Guerra, havia aceitado a primazia estadunidense e britânica no Pacífico, havia participado da Liga das Nações mesmo sem a inclusão da cláusula de igualdade racial. Novamente, em 1930, aceitava novas pressões britânicas e estadunidenses, na assinatura do Tratado Naval de Londres, de uma nova limitação naval, para uma proporção de 10:6 na tonelagem de navios japoneses em relação aos britânicos na Ásia, a despeito de ter pleiteado uma proporção de 10:7. Ceder para essas pressões foi visto internamente pelos militares e políticos como a quebra do direito de comando supremo do Imperador, ascendendo ainda mais, o ressentimento nacionalista nesses grupos.

As contradições encontradas no discurso da comunidade internacional materializada na Liga das Nações, nos Quatorze Pontos de Woodrow Wilson referentes ao princípio da autodeterminação nacional frustraram as lideranças japonesas. Todos esses princípios pareciam ser aplicados apenas ao Japão, quando da tomada de territórios chineses e do Incidente da Manchúria, uma vez que os Estados Unidos não abriram mão de suas colônias nem dos territórios na Ásia. Os países europeus estavam tomando territórios das antigas colônias alemãs, e ainda, o Congresso estadunidense não permitia a entrada de seu país na Liga das Nações cuja idealização havia sido do Presidente Wilson. Tudo isso comprovava que as nações anglo-saxônicas não estavam dispostas a reconhecer o Japão como igual. A política estadunidense em resposta aos avanços japoneses ficou cada vez mais forte, com o estabelecimento de embargos e sanções econômicas. O congelamento de bens japoneses nos Estados Unidos e o fim do fornecimento de petróleo foram as medidas finais que estrangularam o Japão (TIPTON, 2003, pg. 121).

Assim, Tipton (2003) conclui:

*Pearl Harbor (that is, war with the United States) was not 'inevitable' from the beginning of the twentieth century, much less the result of a ruthless, systematic*



*and calculated plot begun by the Japanese from the Sino-Japanese War of 1894 to 1895, but it was a by-product of Asian nationalism, which in turn was stimulated by nineteenth-century Western imperialism. In this way the Second World War may be seen as a conflict between Asian nationalism and Western nationalism (TIPTON, 2003, pg. 119).*

Até o ataque a Pearl Harbor as medidas de mobilização da sociedade para a guerra tiveram um sucesso relativo. Os chamados do governo eram vagos e as pessoas levavam suas vidas em tranquilidade, perseguindo seus próprios planos individuais sem que os acontecimentos internacionais tivessem grande influência no seu dia-a-dia, mas aos poucos a propaganda conseguiu chamar a atenção da população para a guerra que acontecia na China, através de subcomissões locais e a organização de associações de bairro. Em pouco tempo, as pessoas faziam peregrinações aos santuários e túmulos dos soldados mortos, ao som de canções da guerra russo-japonesa. Com a mobilização de recursos, o governo tentou convencer os cidadãos a abrir mão do entretenimento em prol da adoração em templos e a dedicação ao serviço público, deixando de lado luxos desnecessários.

Pearl Harbor deu início ao uso de publicidade nos meios de comunicação, somada à já presente censura e manipulação da informação, bem como à existência da polícia militar repressora com a função de controlar o “pensamento”. A criação de uma agência central de notícias garantiu o monopólio das notícias internacionais, e, usando a conservação do papel como desculpa, o governo reduziu o número de jornais e revistas autorizados a publicar. A rádio era controlada pelo Estado e se tornou o principal meio para alimentar a consciência cívica, filtrar e manipular notícias.

Em 1939, o governo reestruturou as leis sobre a indústria japonesa de cinema, usando como modelo os escritos e produções de Joseph Goebbels na Alemanha, e a partir de 1941, os cineastas eram orientados – porém não obrigados – a produzir películas que criassem uma publicidade positiva com relação a guerra e possuíssem temas sobre "política nacional" centrados no "espírito de sacrifício". Deveriam retratar nos filmes modelos de comportamento adequados à sociedade japonesa, como o homem que sai de casa para lutar pelo seu país, e a mulher que cuida da casa e da família (TIPTON, 2003, pg. 128-129).

Na educação, foi feito o uso mais intensivo do rádio nas escolas, e novos livros didáticos foram introduzidos, enfatizando a singularidade do Japão e a adoração ao Imperador através da religião xintoísta. A marcha se tornou parte do dia na escola, e o *judo* e o *kendo* substituíam o beisebol. Os alunos também eram dispensados mais cedo para que pudessem realizar trabalhos comunitários que fossem em prol da guerra.

Os partidos políticos foram dissolvidos e a Associação de Assistência ao Comando Imperial (Taisei Yokusankai) foi criada para gerar uma nova ordem institucional nacional para a integração e mobilização da população para o Estado. A Associação incorporou diversas sub-organizações já existentes de modo que praticamente todos os cidadãos do Japão faziam parte de uma, como a Associação Juvenil do Grande Japão, Associação das Mulheres do Grande Japão ou a Associação Industrial Patriótica do Grande Japão. As associações em nível local foram um dos fatores que mais concederam sucesso ao esforço de mobilização nacional do Japão, pelo poder de criar situações de pressão local que impeliam todos a participarem da guerra, caso contrário eram considerados antipatrióticos, por isso perseguidos e vítimas de ostracismo. As associações também recolhiam todo tipo de metal que pudesse ser usado na produção de armamentos de guerra e todos deveriam abrir mão de seu próprio conforto e luxo em prol da consolidação do Grande Império Japonês (TIPTON, 2003, pg. 131).

Assim, a radicalização do nacionalismo foi levada adiante no Japão através da adoração suprema à figura política e religiosa do Imperador, promovida pelas forças políticas militaristas e ultranacionalistas das Forças Armadas. O símbolo do Imperador representava o elemento de união espiritual da sociedade japonesa – o crisântemo, a flor de ouro – de modo que e a promoção da belicosidade na população, através do espírito guerreiro do *samurai* – a espada – para o esforço de guerra e consolidação dos planos imperiais foi inculcada e trabalhada de forma tão eficaz, que mesmo com o fim da guerra e os anos de sofrimento, a força da adoração dos japoneses pelo Imperador continuava viva, e teve de ser levada em conta pelos Estados Unidos para o sucesso da ocupação do território japonês.

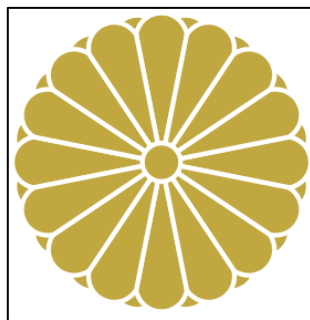


Imagem 1: *Kikka Monsyo* ou “Nobre Símbolo do Crisântemo”, símbolo do Imperador até 1947.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Correspondendo à proposta apresentada no início deste trabalho, foi possível delinear as condições e estruturas que abriram caminho para a ascensão de um nacionalismo radical no Japão no período anterior e durante o conflito da Segunda Grande Guerra. Com o estudo da construção do nacionalismo no Estado-nação moderno, se puderam apreender os elementos constitutivos da identidade nacional japonesa no fim do século XIX e início do século XX, que mais tarde foram utilizados como ferramentas de mobilização espiritual e de recursos no Japão. O recuo histórico foi relevante, pois possibilitou o entendimento da formação dessas estruturas e construções que moldaram as preferências dos agentes no contexto em questão.

Desde a Restauração Meiji e abertura do Japão para o mundo, os líderes do país tinham como preocupação primordial evitar que acontecesse no Japão o mesmo que aconteceu com outras nações asiáticas, dominadas e divididas pelas potências ocidentais. Para tanto, o país procurou criar situações que a destacassem como uma potência na Ásia, transformando suas estruturas políticas, militares e socioeconômicas aos moldes ocidentais, inclusive com a prática imperialista ocidental de anexação de territórios e estabelecimento de colônias, em especial na Coreia e na China. Internamente, o poder foi devolvido ao Imperador, que segundo a nova Constituição era o líder supremo da Nação, tanto um líder religioso como um líder militar.

O cargo do Imperador possuía, portanto um carácter divino, enfatizado e legitimado pela religião tradicional japonesa, o xintoísmo, que era então a religião oficial, ensinada nas escolas de todo país com o intuito principal de estabelecer lealdade ao Imperador, símbolo do Estado, concebendo assim uma nação unificada e centralizada. O setor militar também estava sob o comando do Imperador, que necessitava criar uma força militar forte e moderna, que pudesse fazer frente às pressões ocidentais, caso fosse necessário. Para tanto, foi abolida a casta dos *samurai*, detentores exclusivos da força do Estado japonês da época, e criada uma Força Armada aos moldes ocidentais, cujo recrutamento foi ampliado à todos os cidadãos japoneses e não mais restrito a uma casta militar.

Para criar tal força, o governo japonês difundiu o ideal de que os japoneses eram todos herdeiros do espírito guerreiro dos *samurai*, e seu povo, portanto, um povo guerreiro apto a defender o interesse nacional e o Imperador. O *bushido*, código de ética dos *samurai*, foi amplamente difundido através do sistema educacional e do desenvolvimento e inserção das artes marciais, ou *budo*, nas estruturas da sociedade japonesa, desde as escolas e

universidades até as Forças Armadas. As vitórias do Japão nas guerras em que se engajou foram um combustível para o interesse dos japoneses comuns nas artes do *budo* e no exército e foram amplamente utilizadas para inflamar o seu espírito nacionalista.

Com a virada do século e o fim da Era Meiji, se iniciou um breve período “democrático”, em que os partidos e candidatos eleitos participavam da política, contudo o poder do governo era de fato ainda do Imperador e dos oligarcas que influenciavam suas decisões. A pobreza calamitosa no campo e as fortes mudanças culturais e socioeconômicas da sociedade industrializada nas cidades criavam tensões sociais crescentes agravadas pela depressão econômica e o descontentamento por parte da sociedade e pela submissão do governo japonês às demandas ocidentais.

Na segunda década do século XX, diversas derrotas diplomáticas incomodaram os setores mais conservadores da política e das Forças Armadas, que clamavam por uma postura mais firme na Política Externa do Japão, que até então assumia uma posição de “internacionalismo pacífico”, cedendo a grande parte dos apelos ocidentais em termos territoriais e em termos de limitação do poder bélico. O Incidente da Manchúria e a criação do Estado fantoche de Manchukuo (1931-1933) foram os fatores principais para a transição dessa postura pacifista em direção à contestação do *status quo* e posterior isolamento. A forte reprovação da Liga das Nações referente à criação de Manchukuo foi recebida como contraditória e hipócrita pelos japoneses, uma vez que outras nações como Estados Unidos e Grã-Bretanha não tiveram de abrir mão de suas colônias e territórios na Ásia.

Contudo, as Forças Armadas ainda não dominavam o governo, e muito da vida política ainda tinha traços democráticos. Uma série de tentativas de golpes de Estado e atentados terroristas por parte de facções do exército colocaram um ponto final ao domínio dos partidos na política e a maior parte da sociedade pediu a tomada do poder pelos militares, tidos como representantes do verdadeiro espírito japonês em detrimento dos políticos, vistos como corruptos e sem compromisso com a nação. A invasão da China em 1937 deu início à Segunda Guerra Sino-Japonesa e chamou a atenção do mundo ocidental pelas atrocidades cometidas em solo chinês pelas tropas japonesas.

O estreitamento das relações com a Alemanha e Itália levou à assinatura de uma aliança militar, formando as potências do Eixo que entraram em confronto com as potências Aliadas. Certo de que seu maior inimigo era a União Soviética, o Japão só mudou seu foco para a guerra contra os Estados Unidos pelo domínio do Pacífico, quando estes determinaram um embargo do petróleo aos japoneses, o que levou ao ataque a Pearl Harbor (1941) e à entrada definitiva dos EUA na Segunda Grande Guerra. Deste modo, o Japão precisou

mobilizar absolutamente toda a sua força espiritual e recursos materiais para a ação na guerra, o que já vinha sendo feito através de novas leis de produção cinematográfica, repressão intelectual e de qualquer outro tipo de oposição ao governo, racionamento, substituição das representações partidárias por associações mobilizadoras e a participação de crianças e mulheres em atividades que contribuíssem para os esforços da guerra.

Durante a guerra, os extremos nacionalistas foram alcançados, como suicídios em massa, operações *kamikaze* e atrocidades contra inimigos de guerra baseadas na superioridade da raça japonesa e no direito supremo de o Imperador expandir seu Império pela Ásia e libertar os povos da opressão ocidental. Tudo isso foi a materialização dos anos de doutrinação nacionalista e fundamentalista. Contudo, a guerra foi perdida e o Japão passou a ser ocupado pelos EUA, abrindo espaço para uma nova era no arquipélago e suas relações com o restante do mundo.

O responsável pela ocupação foi o General Douglas MacArthur e as principais determinações eram as de democratizar, desmilitarizar e desmonopolizar o Japão para evitar que este pudesse ser uma ameaça a outros Estados novamente. Uma das primeiras medidas tomadas por MacArthur foi manter a figura do Imperador, principalmente sob recomendação do trabalho antropológico de Ruth Benedict, “O Crisântemo e a Espada” finalizado em 1944, que forneceu informações profundas sobre a sociedade japonesa de então, ainda muito mística e desconhecida para o Ocidente. O trabalho encomendado pelos EUA e destinado aos Aliados em combate, tinha como finalidade ajudar e guiar suas ações ao longo da guerra no Pacífico e, e teve forte relevância para eficácia da ocupação, bem como para as relações nipo-estadunidenses ao longo do pós-guerra e Guerra Fria.

Percebeu-se, então, a forte lealdade que a população japonesa tinha para com o Imperador e a importância dele para o sucesso da ocupação, a despeito das demandas da URSS e outros aliados de julgá-lo e executá-lo como criminoso de guerra. Caso ele fosse condenado se esperava que muitas rebeliões e guerrilhas brotassem e isso geraria vácuos de poder na sociedade que poderiam servir aos interesses e à influência soviética no Japão, e ainda, a uma eventual perda de poder estadunidense como governante (WATANABE, 2011, pg. 6). O Imperador foi mantido como símbolo do Estado e da união do povo japonês, porém sem poderes de fato no governo eram apenas os de um chefe de Estado.

Outra medida importante estabelecida com a nova Constituição de 1947 foi a renúncia à guerra, que proibiu o Japão de possuir Forças Armadas ofensivas ou beligerantes, precisamente através do Artigo 9º. A partir de então, a segurança do Japão ficou sob a responsabilidade total dos Estados Unidos, conforme a política do Primeiro-Ministro Yoshida

Shigeru, posteriormente conhecida como “Doutrina Yoshida”, que se baseava no desenvolvimento e na reestruturação econômica do país, aceitando a subordinação aos EUA. A Doutrina Yoshida propôs uma nova identidade nacional, onde o Japão passava a constituir uma “Nação Mercantil”, em função da disposição pacifista da época e da necessidade de tirar o país da pobreza trazida com a guerra, voltada para a ampliação do setor econômico, uma vez que o setor de defesa seria suprido pelos Estados Unidos. As *zaibatsu* perderam o monopólio da economia, contudo permaneceram com grande poder e serviram de base para a nova indústria que foi desenvolvida nos anos da reestruturação.

Essa política caracterizou a política japonesa durante o pós-guerra e foi mantida por toda a Guerra Fria e foi apontada como um dos principais fatores para a reinserção internacional do arquipélago (NOGUEIRA, 2010, pg. 86). Desde então, os EUA já vislumbravam o papel importante que o Japão poderia ter na Ásia como aliado para a contenção do comunismo e o General MacArthur nunca permitiu que o país fosse dividido em zonas, como a Alemanha, apesar das pressões britânicas e soviéticas, e os estadunidenses mantiveram total controle. A ocupação estadunidense apresentou bons resultados na reestruturação da economia japonesa; apesar de os EUA terem destruído duas cidades inteiras, o Japão nunca apresentou oficialmente sentimentos de revolta ou revanchismo (WATANABE, 2011, pg. 8).

Para assegurar o Japão como parceiro na manutenção da paz na região, os Estados Unidos, ao devolverem a soberania japonesa, também assinaram um Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA que manteve as diversas políticas promovidas durante a ocupação, bem como estabeleceu que o Japão servisse de base para os EUA, como um satélite militar, dando o direito aos EUA de intervirem internamente a qualquer momento. Em contrapartida o Japão seria protegido militarmente pelos EUA.

Com esse acordo, os estadunidenses pressionaram o Japão para se remilitarizar, oferecendo ajuda financeira para aumentar sua Força de Segurança Nacional. Assim, o Japão aproveitou a oportunidade como uma forma de crescer economicamente, sem precisar se remilitarizar de fato ou enviar tropas ao exterior, criando indústrias exportadoras de armamentos que suprissem a demanda estadunidense, ao mesmo tempo em que recebiam novas tecnologias através da coprodução de armas (WATANABE, 2011, pg. 9). A recuperação econômica japonesa se deu durante a Guerra da Coreia (1950) quando todo o suprimento de guerra para os EUA foi fornecido por fábricas japonesas financiadas pelo capital estadunidense (ESPÍNDOLA; VERGARA, pg. 4).

O alinhamento japonês quase irrestrito com os Estados Unidos durante todo o período pós-guerra, somado à forte disciplina e dedicação à nação que caracterizavam a população japonesa, foram os fatores que levaram ao soerguimento da econômica japonesa, fazendo o PIB do país um dos maiores do mundo nas décadas seguintes. O Japão conseguiu se reinserir no sistema internacional com uma nova identidade de Estado pacifista e mercantil, apesar da escassa importância nos assuntos de segurança da região, pela dependência mantida com relação aos EUA até o fim da ordem bipolar.

Portanto, os fatos revisitados neste trabalho são de grande relevância para a compreensão das relações contemporâneas do Extremo Oriente. A China desponta hoje como o maior poder econômico da Ásia, com gastos militares mais elevados. São crescentes as ameaças da Coreia do Norte, que possui capacidade nuclear. Somado a isso, existe o receio de um possível revanchismo dos povos asiáticos por feridas não cicatrizadas durante a invasão japonesa. Um forte sentimento de tensão e insegurança cresce no Japão em face dessa conjuntura, de modo que se discute a remilitarização japonesa, principalmente defendida pelo atual Primeiro-Ministro Shinzo Abe, através da proposta de reforma da Constituição pacifista de 1947 e de seu Artigo 9º, que estabelece a renúncia à guerra. Esta proposta aumenta as tensões na região, principalmente por parte da China e das Coreias.

O Japão ao longo da Guerra Fria contribuiu para a modernização econômica chinesa, através de investimentos e transferências tecnológicas (principalmente depois que Washington também mudou sua postura com relação à China quando esta rompeu com Moscou nas décadas de 1960-1970) de modo que houve uma diminuição do interesse chinês de ter uma política externa mais provocativa com relação ao Japão (ESPÍNDOLA; VERGARA, pg. 4). Entretanto, o fato de um pedido formal de remorso e desculpas de parte do governo japonês pelos atos cometidos nunca ter existido – apesar das declarações de pesar sobre as ocupações terem sido feitas – ainda deixam nações como a China e as Coreias ressentidas e desconfiadas. De fato, o nacionalismo japonês do início do século XX criou um nacionalismo nos países vizinhos fortemente antijaponês, e isso é um fato dificultador do avanço das relações integracionistas entre os países asiáticos ainda hoje.

A relação entre Japão e as outras nações do Leste Asiático, em especial a China, é de cautela, de modo que é preciso estar atento para o desenvolvimento dessas tensões, uma vez que é muito comum em tempos de crise forças conservadoras e com visões mais duras serem tidas como um meio de tirar um país da crise, como vem acontecendo por toda Europa, com ascensão maior de partidos de extrema direita, muitas vezes com caráter xenofóbico. Um exercício semelhante parece estar acontecendo no Japão com a condução do país sendo

exercida por forças mais conservadoras, como o governo de Shinzo Abe, que tem mostrado uma opinião bastante ambígua em relação às ações do Japão militarista. Contudo, diferentemente da Europa, que hoje conta com uma instituição multilateral pacífica e integrada que é a União Europeia, a Ásia ainda não tem organismos similares que possam servir para integração das nações, e a disputa do poder regional entre China e Japão impede o desenvolvimento de uma instituição.

O terremoto que devastou Tokyo em 1923 e a Grande Depressão dos anos 1930 se assemelham sensivelmente ao terremoto e tsunami de 2011 e à crise econômica que se arrasta nas últimas décadas no Japão. Permitem uma comparação entre as conjunturas nacionais e internacionais do início do século XX e aquelas do início do século XXI; eram esperados ações grandiosas que rapidamente se reverteram em discursos e políticas ultranacionalistas. Faz-se necessária prudência na condução dos assuntos em Política Externa do Japão para que não se repitam consequências políticas e sociais análogas ao início do século passado.



## REFERÊNCIAS

- ADLER, Emanuel. O Construtivismo no estudo das relações internacionais. **Lua Nova**. 1999, São Paulo, n. 47, p. 201-247.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARENDT, H. Totalitarismo. In: ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. 3. ed. São Paulo: Schwarcz, 1998. p. 339-531.
- BATTY, David. Japan's war in colour. [Filme-vídeo]. Produção e direção de David Batty. Reino Unido, TWI / Carlton, 2005. 1 DVD, 95 min. color. son.
- BEASLEY, William. **Modern Japan**. Tokyo: Charles Tuttle, 1989.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**: padrões da cultura japonesa. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 13 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. v. 1. p. 368-379, 466-475.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário de política**. 13 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. v. 2. p. 748-754, 799-806, 1059-1065, 1247-1259.
- CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. p. 385-390.
- COGGIOLA, Osvaldo. Uma via original para a modernidade. **Historia Viva: Japão**, São Paulo, v. 2, p. 14-23, abr. 2008.
- \_\_\_\_\_. O nascimento de uma potência. **Historia Viva: Japão**, São Paulo, v. 2, p. 26-30, abr. 2008.
- CONNOR, Walker. When is a nation? In: SMITH, Anthony; HUTCHINSON, John (eds.). **Nationalism**. Oxford: Oxford University, 1994.
- DOMINGUES, Nadejda. Skinheads: repensando sobre o nacionalismo radical na Rússia nos anos 1990. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 44, p. 183-202. Curitiba, 2010.

DUTRA, Leonardo. Um furacão irresistível. **Historia Viva: Japão**, São Paulo, v. 2, p. 31-35, abr. 2008.

ESPÍNDOLA, Januário; VERGARA, Paulo. O Japão face à aliança norte-americana: a redefinição do papel japonês como liderança mundial. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo7.pdf>. Acesso em: 23 de ago. 2013.

EVERA, Stephen van. Hypotheses on nationalism and war. **International Security**, v. 18, n. 4, p. 5-39. Spring, 1994.

FARRELL, Theo. Constructivist Security Studies: Portrait of a Research Program. **International Studies Review**. Malden, v. 4, n. 1, p. 49-72. Blackwell Publishing, 2002.

FRIDELL, Wilbur. Government ethics textbooks in Late Meiji Japan. **The Journal of Asian Studies**, v. 29, n. 4, p. 823-833. 1970.

FUNAKOSHI, Gichin. **Karate-do: My way of life**. Tokyo: Kodansha International, 1975.

GASPAR, C. Os Estados Unidos e a transformação da Ásia. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 19, set. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992008000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992008000200009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 22 jul. 2013.

GELLNER, Ernest. **Nations and nationalism**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, Ronaldo. O Japão na conjuntura internacional de 1930-1940. **Revista Faz Ciência**, v.12, n.16, p. 199-222. Francisco Beltrão, 2010.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. Anthony D. Smith on nations and national identity: a critical assessment. In: GUIBERNAU, Montserrat; HUTCHINSON, John. **History and National Destiny**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 125-142.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; Ranger, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. p. 9-23.

\_\_\_\_\_. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBBSAWM, Eric; Ranger, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. p. 271-316.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 43.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, v. 23, n. 1, p. 171-200. The MIT Press. 1998.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

KURIHARA, Kenneth. Japan's educational system. **Far Eastern Survey**, v.13, n. 4, p. 31-38. 1944.

LEVY, Jack. Domestic politics and war. **Journal of Interdisciplinary History**, v. 18, n. 4, p. 653-673. Spring. 1988.

LOTT, D. **Três Diamantes: como as Zaibatsu ajudaram a manter um sentimento nacionalista na Era da Globalização**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade Damas, Recife, 2010.

MACHADO, F. **Futebol e nacionalismo no pós-guerra fria: uma abordagem das relações internacionais**. 2009. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MONJE, A. O Japão na conjuntura internacional de 1930-1940. **Revista Faz Ciência**, v.12, n.16, p. 199-222. Francisco Beltrão, 2010.

MOORE, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. Lisboa: Edições Cosmos; São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1975.

MORRIS-SUZUKI, T. Japan and its Region: Changing Historical Perceptions. **Sungkyun Journal of East Asian Studies**, Seul, v. 11, n. 2, out. 2011. Disponível em: <http://sjeas.skku.edu/upload/201110/Tessa%20MORRIS-SUZUKI.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013, 23 ago. 2013.

MUSSOLINI, Benito. **The Doctrine of Fascism**. Firenze: Vallecchi, 1935.

NAKAZAWA, Keiji. **GEN pés descalços**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011-2012, v. 1-5.

NOGUEIRA, C. **A cultura de segurança nacional japonesa**: entendimentos acerca do posicionamento japonês no sistema internacional durante a Guerra Fria. 2010. 118 f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

NOGUEIRA, C. **A cultura de segurança nacional japonesa**: entendimentos acerca do posicionamento japonês no sistema internacional durante a Guerra Fria. 2010. 118 f. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 162-185.

PATTERSON, William. El papel del *Bushido* en el auge del nacionalismo japonés previo a la Segunda Guerra Mundial. **Revista de Artes Marciales Asiáticas**, v.3, n.4, p. 8-21. León, 2008.

POZ DNYAKOV, Elgiz. **Natsiya. Natsionalizm. Natsional'niye interesy**. Moskva: Progress-Kul'tura Publishers 1994. p. 16-41.

REES, Laurence; BALAZOVA, Martina. *Horror in the East*. [Filme-vídeo]. Produção de Laurence Rees, direção de Laurence Rees e Martina Balazova. Reino Unido, British Broadcasting Corporation (BBC), 2001. 1 DVD, 95 min. color. son.

ROCHA, Cristina. **Zen Buddhism in Brazil**. 1999. Trabalho apresentado a 4. International Conference of Association of Iberian and Latin American Studies of Australia, La Trobe University, Melbourne, 1999.

SAITO, Nácia. Autoritarismo no Japão, 1929-1940: fascismo ou militarismo? In: XXVI Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Associação Brasileira de História - ANPHU-SP, 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308194328\\_ARQUIVO\\_anpuh201autorit arismofascismomilitarismo.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308194328_ARQUIVO_anpuh201autorit arismofascismomilitarismo.pdf). Acesso em: 15 jul. 2013, 16 jul. 2013, 23 ago. 2013.

SKYA, Walter. **Japan's Holy War: The Ideology of Radical Shinto Ultrationalism**. Durham: Duke University, 2009.

SMITH, Anthony. **The ethnic origins of nations**. Oxford: Blackwell, 1986.

\_\_\_\_\_. **National identity**. London: Penguin, 1991.

SOUZA, Hércules. A relação Japão – China: inimigos históricos? In: III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas”, 3, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas - UNESP - UNICAMP - PUC-SP, 2011. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/novo/simposio/anais/item/195-iii-edicao-2011.html>. Acesso em: 22 jul. 2013.

TIPTON, Elise K. **Modern Japan: a social and political history**. London: Routledge Taylor & Francis e-Library, 2003.

WATANABE, Paulo Daniel. A reinserção internacional do Japão no pós-segunda guerra mundial. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3, 2011, São Paulo. **Anais...** Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais – USP, 2011. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000122011000300033&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300033&lng=en&nrm=abn). Acesso em: 23 ago. 2013.

WATSUKI, Nobuhiro. **Rurouni Kenshin: Samurai X**. São Paulo: Japan Brazil Communication, 2000-2005, v. 1-56.

WENDT, Alexander. **Social Theory of Internacional Politics**. Cambridge: Cambridge University, 1999.

ZACARIAS, Gabriel Ferreira. Abertura sob a mira de canhões. **Historia Viva: Japão**, São Paulo, v. 2, p. 10-13, abr. 2008.